

**“FÓRUM LEGISLATIVO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTADO”
SÃO BERNARDO
10.11.03**

O SR. ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA – Vou rapidamente falar para os senhores e senhoras a dinâmica da reunião que vamos ter.

Essa é a 14ª Reunião do “Fórum Legislativo de Desenvolvimento Sustentado”, da Assembléia Legislativa do Estado. A seqüência dos trabalhos será feita na seguinte ordem: teremos, inicialmente, a abertura desta reunião pelo nobre Deputado Sidney Beraldo, que é o Presidente da Assembléia; em seguida, o Professor Carlos Brandão, do NESUR, da Unicamp, para uma exposição sobre o IPRS, que é o Índice Paulista de Responsabilidade Social, para uma rápida abordagem de algumas ações do PPA, do Plano Plurianual.

A seguir, teremos a composição da Mesa, pelo nosso Cerimonial, e em seguida abriremos à participação dos senhores Deputados, prefeitos, representantes da sociedade, aqui, presentes. Depois, faremos a abertura da palavra a quem queira se manifestar, algum representante, de alguma instituição, que queira se manifestar, e em seguida estaremos, na medida do possível, respondendo a perguntas que eventualmente poderão ser formuladas.

Nesse momento, gostaria de dizer às senhoras e aos senhores que receberam na pasta esse cartão de tarja vermelha, onde deverão ser feitas as perguntas. Pediria, por gentileza, que ao formularem as perguntas procurem fazer de maneira mais sucinta possível, e não esquecer de colocar o endereço completo, inclusive com a cidade, que não consta aqui, na ficha; mas, por favor, acrescentem a cidade ao endereço, porque as perguntas não respondidas aqui serão encaminhadas às comissões temáticas da Assembléia, e por elas, deverão ser respondidas. Quem tiver “e-mail”, por favor, coloque o “e-mail”, um meio mais rápido, mais fácil, mais ágil, para que possam responder a essas perguntas.

Após as respostas dessas perguntas, estaremos encerrando a reunião. Isso deverá ocorrer por volta de 12 horas e 30 minutos. Junto com as pastas os senhores também receberam esse questionário; são duas folhas, é grande, mas verão que tem pouca coisa.

Por favor, gostaríamos que essas perguntas e essas observações fossem feitas, o questionário fosse preenchido; e poderão entrega-lo a qualquer pessoa da organização, ou mesmo, ao sair, deixar na mesa da recepção, aí, à direita.

Gostaria de chamar a atenção para duas coisas: primeiro, em relação ao tema da reunião.

Essa reunião é uma reunião do Fórum de Desenvolvimento, portanto estaremos discutindo aqui, nesta manhã, o tema “Desenvolvimento”. Então, pediria que as perguntas, ou as intervenções feitas, se relacionassem ao tema do desenvolvimento, para não dispersarmos o assunto da reunião. Outro assunto é o tempo: cada intervenção não deverá ultrapassar a cinco minutos. A gente tem um relóginho ali; quando ouvirem um apitinho, é porque o tempo está esgotado. Então, para que a gente possa dar a palavra a todo mundo que queira se manifestar, por favor, vamos obedecer ao tempo.

Gostaria de dizer que essa reunião é aberta, e que em determinado momento vamos abrir a participação a quem quiser se manifestar. Então, as pessoas que quiserem se manifestar, a qualquer momento, por favor, me encaminhem o papel com o nome; se tiver uma instituição, de preferência colocar o nome da instituição que representam, para que a gente possa ir organizando as falas durante a nossa reunião.

Muito obrigado por terem comparecido e a gente deseja uma boa manhã de trabalho para todos nós.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Como o Sr. Antonio Carlos definiu nessas palavras, teremos a partir deste momento a fala de S. Exa., o nobre Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – Bom-dia a todos.

Quero, primeiramente, agradecer a presença de todos os senhores nesta nossa reunião, nosso 14º encontro, para discutirmos alternativas para o desenvolvimento econômico sustentado.

Inicio as minhas palavras, saudando o Dr. William Dib, Prefeito de São Bernardo do Campo, que neste ato representa também o Consórcio Intermunicipal do ABC, e saudando os meus colegas deputados.

Esta região realmente tem uma representação muito forte e qualificada na Assembléia Legislativa. A criação deste Fórum foi uma iniciativa da Mesa Diretora da Casa, que tem a sua gestão pluripartidária, e aprovada por lei, por unanimidade, pelos 14 partidos que compõem a Assembléia Legislativa de São Paulo.

Portanto, é um Fórum que será permanente, não um Fórum que fará apenas algumas reuniões. e diagnósticos; será um Fórum permanente, um braço da Assembléia Legislativa para a questão do desenvolvimento, e que teve apoio, não só da Mesa Diretora, mas de todos os partidos, e especialmente dos Deputados aqui presentes: nobre Deputado Marquinho Tortorello, que é o 3º Secretário da Mesa Diretora, membro da Comissão de Esportes e Turismo; o nobre Deputado Giba Marson, que é o Líder do PV e membro das Comissões de Defesa do Consumidor e de Direitos Humanos; nobre Deputado Orlando Morando, que é membro da Comissão de Meio Ambiente, importante comissão da Assembléia; nobre Deputado José Dilson, membro da Comissão de Finanças e Orçamento, e vice-Presidente da Comissão de Saúde e Higiene; nobre Deputado Vanderlei Siraque, membro da Comissão de Constituição e Justiça e de Segurança Pública; ex-deputado José Augusto Ramos, que hoje está no CODEAGRO. Queria saudar também o vereador Flarentino Hilário da Silva, que é o Presidente da Câmara Municipal de São Bernardo.

Quero cumprimentar o Presidente da Câmara Municipal, a todos os nobres edis aqui presentes. Estamos nessa 14ª reunião, e queremos dizer que nós criamos o Fórum exatamente com o objetivo de trazermos, para dentro da Assembléia Legislativa, a discussão sobre essa questão de Desenvolvimento Econômico. Estou há oito anos na Assembléia, e percebi que a questão de desenvolvimento nem sempre era discutida com a importância e a prioridade que realmente deve merecer. Temos diversas Comissões

Temáticas na Casa, são 22 Comissões, mas nenhuma específica, para discutir a questão do desenvolvimento, especialmente Desenvolvimento Econômico Sustentado.

Sabemos que as questões sociais, a inclusão, distribuição de renda, melhora da qualidade de vida da população, que é o que todos desejamos, passam, necessariamente, pela geração de emprego e renda. Achamos que vivemos um momento adequado. A possibilidade do crescimento econômico, com democracia, com liberdade, com organização, e também, com baixo índice de inflação, é uma combinação que poucas vezes vivemos, e esta combinação, a nosso ver, proporciona um crescimento econômico com distribuição de renda e com inclusão. Por isso, criamos esse Fórum, como disse, de forma permanente, através de uma lei, que tem o seu formato, primeiro, a participação de Conselho, onde sentam todos os presidentes e vice-presidentes das Comissões Temáticas, os Deputados que compõem essas Comissões. Em segundo, um Conselho Consultivo, onde temos representantes do setor produtivo, dos trabalhadores, das Academias, das Universidades, dos Institutos de Pesquisas, porque entendemos que não só o governo tem que discutir desenvolvimento econômico, até porque o governo tem, cada vez mais, capacidade de investimento reduzida.

Quero saudar o Deputado Waldir Agnello, também Presidente da Comissão de Economia e Planejamento, e da Comissão de Saúde, e que também comparece à nossa reunião. Mas que nós pudéssemos estar interagindo.

Definimos 20 cadeias produtivas, as principais cadeias produtivas do Estado de São Paulo; procuramos selecionar representantes destas cadeias, que pudessem fazer parte do nosso Conselho. Aí, a importância da presença dos senhores, porque é nosso interesse. Decidimos também, na Mesa Diretora, que toda região, através de um consórcio, ou uma agência, ou seja, uma entidade que seja identificada como a entidade que representa o conjunto de municípios da região, fará parte do nosso Conselho, para que a gente tenha uma interação permanente. Achamos isso muito importante, estamos estimulando que cada região crie realmente essa entidade. Nós aqui temos o que aprender com esta região; dizia isso aos deputados, porque aqui já é uma região organizada; realmente entendeu que a maioria dos problemas que temos hoje supera o território municipal. São questões supra-municipais, do meio ambiente, da água, de utilização de recursos hídricos, do próprio desenvolvimento, da questão do atendimento à saúde, da educação. É preciso que se pense

regionalmente, para ter escala, ter condições de construir infra-estrutura adequada, para toda uma região.

Por isso, nós queremos, depois, discutir com os Srs. Deputados, com os prefeitos, para verificarmos qual a entidade que deverá fazer parte do nosso Conselho, para que a gente tenha essa interação permanente. Além da discussão da questão do desenvolvimento, estaremos fazendo aqui uma apresentação do que nós chamamos de IPRS, que é o Índice Paulista de Responsabilidade Social, resultado de um trabalho, um contrato, que a Assembléia fez com o SEADE, e o SEADE é o nosso IBGE, de forma que pudéssemos produzir indicadores sociais que meçam a produção de riqueza, a qualidade de vida de cada município no modelo do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH –, só que mais elaborado, onde se levam em conta vários indicadores, que dão uma consistência melhor para esse indicador. A importância é que esses indicadores serão corrigidos, é o nosso desejo, a cada dois anos, tanto é que o ano que vem, já deveremos publicar esses números que foram apresentados aqui, com base no ano 2000, já com base no ano de 2002.

Essa é uma ferramenta importante para que os prefeitos, as entidades, as câmaras municipais possam estar discutindo políticas públicas, que vão no sentido de melhorar a qualidade de vida da população. Entendemos que cada vez mais temos que conhecer a nossa realidade, e esses indicadores são importantes por isso, porque se tornam uma ferramenta, para que a gente possa decidir melhor. Nós sabemos, o cobertor é curto, não dá para atender todas as demandas, então é preciso que a gente tenha a capacidade de priorizar bem, de escolher onde deve realmente ser aplicado o dinheiro que vem dos impostos que a população paga, e a melhor forma de fazer isso é conhecendo detalhadamente cada cidade, cada região. Daí a importância desse conjunto de indicadores sociais, que está sendo apresentado a todos os senhores através desse livreto. Fizemos questão de dividir por região, de fazer uma apresentação de uma forma didática, de fácil compreensão, que possa fazer com que a sociedade reflita sobre essas questões.

Por último, faremos uma breve apresentação também do PPA, que é o Plano Plurianual de Ação do Estado, que prevê para 2004, até 2007, investimentos de 30 bilhões de reais, quer dizer, 10 bilhões de dólares, que estarão sendo investidos através de 215 programas, e 1625 ações do Governo do Estado.

Então, é importante que a gente discuta com a sociedade, importante é a participação dos senhores, para que a gente possa ter um conjunto de informações necessárias, de forma que a gente possa atuar também no PPA, que, infelizmente, não está regionalizado. É um desafio deste Fórum, e da Assembléia, para que a gente discuta, cada vez mais, com planejamento, para que nos próximos orçamentos o PPA seja feito de forma regionalizada, não pontual, por município, mas que leve em conta as necessidades e as especificidades de cada região. Então, esse também será um objetivo desse nosso encontro, discutir alternativas de desenvolvimento, apresentar os indicadores sociais, para reflexão, e também discutir e apresentar o PPA. Tem aí, o questionário; gostaria de lembrar a importância da participação dos senhores. Como não será possível que todos se manifestem, este questionário é uma forma de garantir a participação de todos. Esse questionário será analisado, não só pela Assembléia; temos uma parceria com o NESUR, temos aqui os professores do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, Sociais e Regionais, para o Instituto de Economia da Unicamp, que está nos acompanhando nestas reuniões, e fará um relatório, que terá uma base técnica, e que será sem dúvida o ponto fundamental para que a gente possa produzir esta agência.

Quero agradecer mais uma vez a presença de todos, ao NESUR, ao CEPAM, que nos auxilia, ao SEADE, e cumprimentar também o nobre Deputado Mário Reali, que chega à nossa reunião, membro da Comissão de Assuntos Metropolitanos e de Economia e Planejamento.

Vamos ao trabalho, muito obrigado a todos, pela presença. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Agradecemos ao nobre Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, pela apresentação do Fórum Legislativo.

A seguir, teremos a apresentação diagnóstica, sobre o Desenvolvimento Regional Sustentado, e para tanto convidamos o Professor Carlos Brandão, do NESUR – Núcleo de Economia Social Urbana e Regional do Instituto de Economia da Unicamp.

O SR. CARLOS BRANDÃO – Bom-dia a todos.

Minha fala será rápida, cerca de 30 minutos, divididos em três momentos. O primeiro, vamos pensar aqui o que significa Desenvolvimento, e como medi-lo. Nesse

sentido, o papel do Índice Paulista de Responsabilidade Social. Em seguida, vamos discutir a posição da região, e a sua experiência em se autodiagnosticar.

Acho que essa é a região do País que mais tem produção científica e auto-reflexão sobre os seus problemas, e as suas potencialidades. Então, vamos falar um pouco sobre essa posição da região, nos contextos regional, estadual e nacional. E, em terceiro lugar, vamos analisar brevemente o PPA como instrumento possível de se pensar caminhos para a região. Então, aqui na região metropolitana de São Paulo, dividimos as apresentações; o Fórum está debatendo com as regiões específicas dentro da região metropolitana. Hoje, estamos aqui para discutir esta importante região, que acho que tem muito a ensinar ao Fórum, e a todo Brasil, eu que sou especialista da área de planejamento regional. Quer dizer, essa região é a que tem mais produção científica no Brasil, de diagnóstico sobre ela, e ao mesmo tempo tem mais a ensinar em criação, construção de toda uma institucionalidade, o Consórcio, o Fórum, a Câmara, Agência de Desenvolvimento. Portanto, é interessante para o Fórum, essa região tem muito a ensinar. Inclusive, é uma região, uma das pioneiras nas parcerias públicas e privadas, que é um assunto fundamental, que está sendo discutido no PPA.

Começando, refletindo um pouco sobre o que significa desenvolvimento, e como medimos. Claramente, existe toda uma história de como medir o desenvolvimento, como pensá-lo. Certamente, não tem, não necessariamente, é apenas crescimento econômico; tem todas as dimensões que precisam ser pensadas sobre desenvolvimento. Gosto de colocar sempre que o conceito de desenvolvimento está ligado ao leque de alternativas; desenvolver é ampliar o leque de alternativas, a liberdade de ação. Acho que nesse sentido é que o desenvolvimento deve ser pensado. Portanto, pensando as suas várias esferas, a esfera social, a esfera econômica, a esfera tecnológica; só pode ser entendido, quando se pensa as várias dimensões.

É isso que aconteceu um pouco naquela história de como medir o desenvolvimento, quer dizer, todo mundo sempre criticou a idéia de PIB e “per capita”, de renda “per capita”, porque o indicador diz muito, principalmente em países extremamente heterogêneos, como o Brasil. Portanto, se encaminhou para pensar o desenvolvimento humano de uma forma mais geral. A ONU desenvolveu, na década de 90, o IDH, que hoje é cada vez mais utilizado. É um avanço em relação à renda “per capita”, porque apresenta as três

dimensões: a dimensão não só do crescimento, da riqueza, mas também das melhores condições de vida, em termos de longevidade, escolaridade. Só que é um indicador bastante simples, que tem uma série de limitações; uma delas é que para você buscar aqueles dados, de forma mais organizada, só de dez em dez anos, com dados de censo, para pegar os dados de esperança de vida ao nascer, para medir a longevidade, o PIB “per capita”, em relação a riqueza, e a taxa de alfabetização, e de matrículas, para pensar escolaridade.

Nesse sentido, como disse o Presidente Sidney Beraldo, a Assembléia Legislativa contratou o SEADE, que é o IBGE do Estado de São Paulo, para pensar um índice muito mais complexo, e foi montado o Índice Paulista de Responsabilidade Social, que na verdade é um conjunto, é uma síntese de vários indicadores, de inúmeros indicadores, que tem uma série de vantagens, porque não precisa esperar dados decenais, será calculado de dois em dois anos, e poderá dar uma melhor radiografia dos municípios paulistas, com radiografia da qualidade de vida, não só da riqueza material.

São diversas variáveis, que estão divididas entre variáveis de resultado e variáveis de esforço. Essa é uma das grandes novidades do IPRS; não mede só o passado, mas mede também o esforço de curto e médio prazo, que a prefeitura, que a região, realizou. Então, capta não só a riqueza material, municipal, em termos de consumo de energia elétrica, de geração de empregos formais, mas também procura pensar o que isso resultou no médio ou no curto prazo, qual o esforço da política pública realizado, no sentido de melhorar riqueza. Trabalha com dados do valor adicionado fiscal daquela região, daquele município. A longevidade também tem uma série de indicadores, muito mais complexos que o IDH, que procuram captar os dados sobre mortalidade, em termos de variáveis de resultado, e tem uma grande variável, que é a variável de esforço, é a mortalidade dos recém-nascidos, até seis dias, que é um indicador que consegue refletir todo um conjunto de situações sociais, saneamento, etc.

Estão expressa, na verdade, essa capacidade da vida nos primeiros instantes. Quanto à escolaridade, também capta uma série de elementos de matrícula por faixa etária. Portanto, dá uma visão muito mais avançada do que o IDH; tem sido muito elogiado em termos internacionais esse índice, por ser um índice chamado de “terceira geração”, por ser muito complexo, e captar diversas variáveis. É muito importante nesse sentido, não só de sinalizar que o município realizou um esforço de políticas públicas, mas dá uma

comparabilidade interessante entre os diversos municípios. Isso é importante para emular o desenvolvimento, para mostrar dimensões que às vezes também tem um município, como a riqueza. Vamos ver aqui alguns municípios da região que estão bem em riqueza mas insatisfatórios quanto à longevidade, escolaridade.

Vamos ver, em seguida, a situação de São Paulo como um todo, a evolução nos três momentos, que nós temos o cálculo do IPRS, 92, 97 e 2000. O Estado de São Paulo, quanto à riqueza, se manteve constante de 97 a 2000. Acho importante ressaltar que esse dado tem uma característica peculiar, porque 99 foi um ano de baixo crescimento no Brasil, o ano 2000 foi um ano muito difícil, portanto se o Estado manteve um nível de riqueza, isso é um dado menos ruim, vamos dizer assim. Quanto à longevidade, ela aumentou; quer dizer, é importante pensar esses números, esses números, são uma escala na verdade de zero a 100, eles são construídos dessa forma, portanto são muito interessantes para comparar dentro de um Estado que tem grande riqueza, como o Estado de São Paulo. Quanto ainda à longevidade, também você teve uma evolução, mas principalmente a escolaridade cresceu bastante no Estado como um todo.

Teremos, em seguida, uma comparação de todas as 15 Regiões Administrativas do Estado de São Paulo. Nós, para essa apresentação, destacamos dados da região do Grande ABC, como se fosse ao lado das regiões administrativas. Então, o Grande ABC, quanto à dimensão riqueza, está em 2º lugar, pouco abaixo da Região Metropolitana de São Paulo como um todo. Portanto, nós fizemos isso apenas para dar comparabilidade com todas as 15 regiões administrativas. Em seguida, colocamos essa comparação de todas as regiões. Ali está o ABC, com o indicador 64, enquanto o Estado de São Paulo tem um indicador de 60; portanto, a região está acima da média do Estado como um todo em relação à dimensão riqueza.

Em seguida, mostramos o resultado do IPRS quanto à longevidade das 15 Regiões Administrativas do Estado de São Paulo. A Região Metropolitana de São Paulo está em 12º lugar; o ABC, que destacamos ali, rigorosamente empatado com a região como um todo, portanto a 12ª posição em longevidade. Depois, vamos ver dados mais específicos sobre a região. Neste momento, estamos apenas comparando com outras.

Em seguida, mostra essa comparação. Na verdade, o ABC está abaixo da média, com 63, enquanto a média do Estado é 65, quanto à longevidade.

Quanto à escolaridade, a região está em 1º lugar, empatada com São José do Rio Preto; quanto ao esforço e aos resultados, nessa dimensão escolaridade, tem um dos maiores indicadores, quase, digamos assim, chegando ao 100. É um indicador extremamente alto, em primeiro lugar, das regiões administrativas do Estado de São Paulo. Isso dá para perceber nesse outro gráfico, no próximo, que mostra a região com 92, muito acima dos 85 do Estado como um todo. Portanto, a região fez um grande esforço de melhoria da qualidade da escolaridade aqui nesse território.

Bem, uma das vantagens do IPRS é sua comparabilidade. Então, foi metodologicamente muito interessante. Os municípios são agrupados em cinco grupos, em cinco categorias; na lei, nós apenas destacamos. Na publicação os senhores têm isso bastante detalhado.

Gostaria de lembrar que essa apresentação vai imediatamente para o “site” da Assembléia. Todos esses “slides” estarão no “site” da Assembléia. O IPRS está dividido em cinco grupos. Ali estão apenas os extremos, que seria o 1º grupo, que combina níveis elevados de riqueza, bons níveis de indicadores sociais, de longevidade e escolaridade. A pior situação seria o grupo 5, onde estão os municípios que estão mal em todas as três dimensões. Aqui, na região, depois vamos ver os dados específicos. Tem os municípios divididos em dois grupos. O primeiro, ou seja, onde a riqueza, a longevidade, escolaridade, está bem, e alguns municípios que estão no grupo 2, onde você tem que a riqueza está bem, mas a dimensão longevidade/escolaridade ainda é insuficiente.

Tem, em seguida, um mapa bastante interessante do Estado de São Paulo como um todo. Esse mapa mostra, na verdade, como está distribuída essa riqueza, e a qualidade de vida do Estado como um todo. Ali está, desde o grupo 1 tudo que é mais claro; na medida em que vai escurecendo ali, a situação é uma situação no sentido do grupo 5, ou seja, de piora.

Vemos nesse mapa as áreas mais pobres do Estado de São Paulo, e na área metropolitana, podemos ver uma área bastante clara, vamos dizer assim.

Vamos ver os dados da Região Metropolitana específicos de São Paulo. A Região Metropolitana de São Paulo foi uma das únicas que cresceu na dimensão riqueza, passando de 67 para 68; a longevidade também cresceu, e a escolaridade.

Destacamos dados específicos sobre o Grande ABC. Tivemos aqui uma pequena queda, de 65, para 64 na dimensão riqueza no Grande ABC. Eu disse que isso tem a ver muito com aquela fase de grandes crises do ano 2000. A longevidade cresceu, e a escolaridade cresceu muito mais ainda. Temos então um agrupamento da região, que dá aquela sinalização; é um dado muito importante essa sinalização dos grupos onde se dividem os sete municípios da região. Então, temos cinco municípios no grupo 1: Ribeirão Pires, Santo André, São Bernardo e São Caetano; no grupo 2: Diadema, Mauá e Rio Grande da Serra. Esse, portanto, é um dos municípios do grupo 2; eles mostram uma necessidade de redobrar ainda mais os esforços no sentido da longevidade e da escolaridade. E qual é o desafio? É isso que a gente vai fazer um pouco, pensar o Estado de São Paulo como um todo e algumas perspectivas da região.

Temos, em seguida, dados bastante interessantes, que mostram que nós estamos num Estado rico, mas que tem grandes problemas sociais, um Estado que tem a sua riqueza bastante concentrada; tem sua população em um ambiente, um recorte territorial, relativamente pequeno, que a EMPLASA costuma chamar de complexo metropolitano expandido, que congrega as três regiões metropolitanas: Campinas, São Paulo e Baixada Santista, e agrega, na verdade, Sorocaba e o Vale do Paraíba, o que dá 80% do PIB concentrado nesse pequeno território.

Portanto, o esforço do Estado de São Paulo de descentralização é bastante importante. Nós vamos ver isso, principalmente, em seguida, como que as empresas mais avançadas estão extremamente concentradas na região metropolitana de São Paulo. Essa é uma pesquisa com dados da FAPESP. Em 97, 53,7% das empresas de bases tecnológicas estavam concentradas na região metropolitana de São Paulo. Em seguida, você tem a posição de outras regiões administrativas: Campinas; a Central, quer dizer, São Carlos e Araraquara, basicamente; e depois, São José dos Campos. Então temos uma altíssima concentração das empresas de mais alta tecnologia em um espaço muito pequeno.

Portanto, é fundamental que as diversas regiões do Estado encontrem saídas para diversificar a sua estrutura produtiva, e pensar de forma mais concertada e coletiva a sua produção.

Temos uma pesquisa na Unicamp que mapeou em todo o Estado de São Paulo as cadeias produtivas, e os setores principais de cada uma das 15 regiões administrativas. Esse

é apenas um exercício. Cada região que melhor se conhece deve buscar pensar os seus segmentos industriais e produtivos de forma geral, como essa região aqui sempre fez, para se buscar arranjos produtivos locais e tentar implementar políticas que não pensem na atração de grandes empresas, mas também que apoiem a pequena e média empresa.

Então, nós listamos aqui, apenas como um exemplo para o nosso debate, alguns estabelecimentos e empregos em setores específicos na região. Então, as cidades aqui da região, elas tem uma série de segmentos importantes; é uma região, vamos dizer assim, diversificada, e ao mesmo tempo com algumas especialidades, mas ela tem cerca de 15 das cadeias produtivas a que se referiu o Deputado Beraldo. Quer dizer, foram diagnosticadas 20 cadeias produtivas no Estado de São Paulo; cerca de 15 estão aqui na região do Grande ABC, e aquelas cruces ali, na verdade, mostram essa diversidade. Encontram-se bem distribuídos pelas cidades vários setores, como borracha e plástico; confecções; elétricos; hospitalar; máquinas; metal; metalurgia; minerais; móveis; e a indústria química, que sempre foi uma especialização, nos últimos anos, da região.

Portanto, é preciso ter essa auto-reflexão da região, dos seus problemas e das suas potencialidades. Daí a questão do PPA, do plano plurianual, que indica, sinaliza uma série de atividades, de ações, de linhas estratégicas, de programas, e de ações. E, portanto, cada região, ao fazer a sua auto-reflexão, precisa conhecer melhor o plano plurianual, quer dizer, que vai pensar nos próximos quatro anos, de 2004 a 2007, as grandes questões do Estado de São Paulo. Então você tem uma série de instrumentos para o planejamento das cidades, das regiões do Estado de São Paulo.

O PPA é bastante complexo. As pessoas, a sociedade organizada, devem conhecer detalhes do PPA, porque ele é sinalizador das perspectivas do Estado como um todo. Ele é bastante complexo, aqui nós vamos falar rapidamente sobre algumas linhas, programas de ações. Ele está dividido em cinco linhas estratégicas, ele tem 215 programas, e mil e 365 ações específicas. Portanto, ele é bastante específico e está disponível no “site” do Governo do Estado de São Paulo, é fundamental que a população conheça em detalhes.

O PPA está dividido em 215 programas, nas cinco linhas estratégicas: 56 programas de gestão pública; quatro programas de desenvolvimento regional; 87 programas do desenvolvimento social; 37 programas de desenvolvimento da infra-estrutura e 31 programas de desenvolvimento econômico.

Aqui, apenas para suscitar o debate, nós levantamos no PPA algumas potencialidades e necessidades que aparecem no grande ABC, fruto dos debates que foram feitos na região e da audiência pública aqui realizada.

Portanto, está no PPA uma lista de potencialidades, de necessidades do grande ABC. Elas passam, basicamente, por expansão das funções básicas da sua economia regional, e o apoio constante à modernização tecnológica e produtiva, e um incentivo aos setores mais dinâmicos, e a dinamização das micros, pequenas e médias empresas. Além disso, tem as questões sociais, que nós sabemos que são bastante graves na região metropolitana de São Paulo.

Temos no PPA todas as políticas ligadas à melhoria da estrutura viária, da infraestrutura viária, das redes de tratamento de água e esgoto, e uma série de programas sociais envolvendo ações na área de saúde, educação, capacitação e qualificação de mão-de-obra, segurança pública e assistência social.

Nós, do NESUR, na nossa pesquisa, nós levantamos alguns exemplos que estão no PPA, de programas e ações programadas que poderiam iluminar esse debate sobre perspectivas da região em alguns instrumentos que dispõe o PPA.

Um que nós achamos bastante importante é o programa de requalificação urbana, o plano metropolitano de projetos e ações integradas da região metropolitana de São Paulo.

Quer dizer, claramente, eu até me lembrava do Prefeito Celso Daniel, que dizia que o Grande ABC não pode se preocupar com essa adjuntiva, ele vai apostar todas as fichas na região metropolitana de São Paulo, ou ele vai pensar na sua região especificamente? Ou seja, ele sempre dizia que isso não é contraditório; o caminho deveria ser, o tempo todo, trabalhar nessas duas frentes.

O PPA tem uma série de planos para a região metropolitana de São Paulo, planos de requalificação urbana, de gestão metropolitana da ilegalidade dos assentos populares, construção de unidades habitacionais, requalificação de áreas de conjuntos habitacionais de interesse social, recuperação urbana e ambiental de áreas protegidas e urbanização de favelas, além de outros que nós poderemos ver em seguida no plano metropolitano de projetos. Um plano muito interessante para a região é o plano de transporte integrado de transportes urbanos até 2020, o Rodoanel, o Ferroanel, o Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental da Billings e o Plano Diretor de Resíduos Sólidos, para pensar essa

importante questão na região metropolitana como um todo, pensar de forma concertada e organizada a região como um todo, em termos supramunicipais.

Um outro exemplo que nós listamos é quanto à estratégia de indústria, que está nas ações programadas do PPA. Na verdade essa é uma região que tem a ensinar às outras. Mas nós discutimos em todas as regiões administrativas, a importância da criação e do fortalecimento das agências regionais de desenvolvimento; o apoio e a implantação dos arranjos produtivos locais, de como a sociedade, o setor produtivo, precisa trabalhar em termos cooperativos, buscando competitividade. Portanto é fundamental pensar os arranjos produtivos locais nesta região e em todas do estado de São Paulo. A incorporação da melhoria da gestão de qualidade, de “design” e outras políticas das pequenas e médias empresas.

Eu lembraria aqui, quanto a indústria, que uma série de organismos do Estado de São Paulo, eu acho que a maioria dos pesquisadores, principalmente da área econômica, da área produtiva, são hoje defensores desses arranjos regionais de produção. O SEBRAE, a FIESP, o IPT e outros organismos estão com uma série de ações no sentido do fortalecimento desses arranjos produtivos.

Nós listamos também algumas ações que estão no PPA. Esse é um dos setores mais bem organizados, vamos dizer assim, que promove uma série de instrumentos para se pensar de forma mais coordenada o turismo no Estado de São Paulo. Então você tem agora a elaboração do Plano Estadual de Turismo, e da Agência de Fomento ao Turismo. Então, existe todo um conjunto de ações e de instrumentos para o avanço ao turismo, melhorar os circuitos turísticos das diversas regiões, e certamente, aqui tem uma série de patrimônios que poderiam ser mais utilizados no sentido da atividade turística.

Um outro ponto importante do PPA diz respeito à Ciência e Tecnologia, o avanço de todos esses organismos que eu disse anteriormente, de diversas instituições municipais e regionais, no sentido da incubação de empresas, principalmente de base tecnológica, o crescimento de cooperativas, a implantação de mecanismos de acesso à informação tecnológica para as pequenas e médias empresas, e o plano diretor para a expansão do ensino público superior. Quer dizer, dentro do PPA, tem todo um plano de expansão de vagas e de cursos das três Universidades do Estado de São Paulo.

Quanto à Educação Técnica e Tecnológica, esse certamente é um tema bastante debatido, é uma das grandes reivindicações de todas as regiões, que seria o avanço do Centro Paula Souza, que já cumpre um papel fundamental em todo o Estado de São Paulo. A implantação de centros regionais de tecnologia, a descentralização do Centro Paula Souza, a expansão do ensino público técnico, inclusive pensar que novas formas, novos tipos de cursos para as universidades públicas do estado, e as federais que estão no Estado de São Paulo poderiam oferecer à população. A expansão do ensino público técnico, com o aumento de vagas e a implantação de novos cursos.

Esses são apenas alguns dos exemplos de ações que estão no PPA. É fundamental, como eu já disse, que se conheça de forma mais aprofundada o PPA, porque ele mostra, ele sinaliza as diversas opções e os instrumentos de que dispõe o Estado de São Paulo, no sentido de alargar os seus horizontes de possibilidades, de aumentar o leque de escolha de todas as regiões. Então, o PPA é fundamental, e é fundamental que a região continue como esta aqui, sempre pensando o seu desenvolvimento, nas suas diversas dimensões.

É isso, e muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Agradecemos ao Professor Carlos Brandão, ele que pertence ao NESUR, da Unicamp, pela exposição diagnóstica sobre dados da região. A partir desse momento, daremos então início aos debates com as autoridades e representantes da sociedade civil.

Antes, porém, faremos a composição da Mesa que irá dirigir os nossos trabalhos. Primeiramente, Deputado Estadual Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo; S. Exa. William Dib, Prefeito do Município de São Bernardo do Campo; S. Exa., Deputado Giba Marson, Líder do Partido Verde na Assembléia Legislativa de São Paulo; Deputado Estadual Orlando Morando; Deputado Estadual José Dilson; Deputado Estadual Vanderlei Siraque; Deputado Estadual Waldir Agnello; Deputado Estadual Mário Reali; Vereador Laurentino Hilário da Silva, Presidente da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, neste ato representando os demais vereadores aqui presentes. Queiram sentar-se, por favor. Para suas palavras, convidamos S. Exa. Dr. William Bib, Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, neste ato representando o Consórcio Intermunicipal do ABC.

O SR. WILLIAM DIB – Bom-dia a todos.

Queria começar saudando o nosso amigo Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Sidney Beraldo, cumprimentar o Giba Marson, Deputado Estadual, o Líder do PV; nosso amigo de Santo André, nosso Deputado José Dílson; o Deputado Vanderlei Siraque, também de Santo André; Laurentino Hilário, Presidente da Câmara do Município de São Bernardo; nosso Deputado e amigo Orlando Morando, aqui da cidade de São Bernardo e o nosso Deputado de Diadema, Mário Reali.

Dizer da importância, da 14ª Reunião deste “Fórum de Desenvolvimento Sustentado”, patrocinado pela Assembléia Legislativa, é chover no molhado. Mas dizer da importância do Legislativo Estadual, da Assembléia Legislativa, ter a iniciativa de produzir esse Fórum, porque passou a discutir uma coisa fundamental para o nosso Estado de São Paulo, que foi vítima, nesses últimos anos, de uma guerra fiscal insustentável. A Assembléia, tendo a iniciativa de promover este Fórum, de discutir, nada mais justo, e nada melhor, do que só esperar o Executivo ter a proposta dos projetos de desenvolvimento econômico.

Portanto, está de parabéns a Assembléia Legislativa, é muito importante para nós, da região.

Falou-se muito que a nossa região tem muito a ensinar. Mas, provavelmente, nós aprendemos de tanto apanhar nos últimos anos.

A região do ABC como um todo foi patrocinadora de um grande desenvolvimento econômico nas últimas décadas, e por causa do desenvolvimento econômico sem organização, sem estudo técnico, sem plano diretor, deixou-se ao lado uma pobreza infinita, um desenvolvimento social extremamente arcaico, retrógrado, e ficamos com um débito junto à nossa população, imenso. Criamos cinturões de miséria, cinturões de pobreza, quando começou a primeira onda do desemprego, com a melhoria tecnológica, que teve que acontecer no nosso parque industrial. Veio, logo em seguida, o processo de globalização, que ocorreu, e fez ocorrer uma grande onda de desemprego na nossa região, deixando atordoados, sem projetos, todos os dirigentes da região do ABC.

A região, então, teve que se organizar, criou o seu consórcio, criou depois a Câmara dos Dirigentes, um Fórum de Debates de toda a região, e aí, por fim, criou uma agência

específica de desenvolvimento, para criar, produzir, trazer propostas e apresentar a região para os investimentos, sob o aspecto do Desenvolvimento Econômico.

É fundamental para todos nós termos critérios nesse desenvolvimento econômico para poder alavancar o desenvolvimento social.

Então, nada melhor do que esse encontro de hoje, em que nós vamos estudar esse plano, dentro do “Fórum de Desenvolvimento Econômico Sustentado”, patrocinado pela Assembléia Legislativa, o Índice Paulista de Responsabilidade Social e o PPA; juntos, para a gente verificar onde nós estamos, e para onde podemos ir, quais são as alternativas de Desenvolvimento Econômico Sustentado, que podem alavancar o desenvolvimento social, para melhorar os nossos índices na nossa região.

Vai ser muito útil para todos nós o encontro de hoje, o debate de idéias, as propostas e alternativas, que vão ser levantadas nesse encontro.

Queria agradecer, mais uma vez, à Presidência da Assembléia Legislativa, ao Sidney Beraldo, por esse encontro na nossa região. Dizer que a região está aberta ao diálogo, à parceria, à discussão; mas, sobretudo, para nós transformarmos a nossa população; o grande sistema de transformação é o desenvolvimento social. Nós precisamos diminuir as diferenças e as injustiças sociais, que ocorrem num estado tão rico, numa região tão rica como a nossa.

Quero pedir desculpas, eu vou ter que me ausentar; quero deixar um grande abraço a todos e dizer do orgulho de recebê-los aqui em São Bernardo do Campo.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Os nossos agradecimentos ao Dr. William Bib, Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, pelas suas palavras.

Gostaríamos de registrar as presenças, entre nós, de autoridades e personalidades que vieram aqui abrilhantar essa 14ª reunião do “Fórum Legislativo”. Primeiramente, do Dr. Fernando Leça, Secretário particular do Governador, ex-Deputado Estadual e ex-Secretário de Trabalho e Emprego de São Paulo, que esteve aqui pela manhã, mas devido a uma reunião no Palácio Bandeirantes, foi obrigado a ausentar-se. Anunciar também, a presença do ex-Deputado José Augusto Ramos; do Sr. Mário Liboni, neste ato representando o

Deputado José Caldini Crespo, 2º Secretário da Assembléia Legislativa; Sr. Arildo Lopes Carvalho, representando neste ato o Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Duarte Nogueira; Sra. Regina Célia dos Reis, representando o Prefeito de Santo André, João Avamileno; Sr. Luis Galini Júnior, representando o Diretor-Presidente da EMTU, Sr. Joaquim Lopes da Silva Júnior; Sr. José Roberto de Mello, Secretário de Governo de São Bernardo do Campo; Sr. Hermes Soncini, Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo, de São Bernardo do Campo; Sr. Osmar Mendonça, Secretário de Habitação e Desenvolvimento, de São Bernardo do Campo; Sr. Carlos Roberto Maciel, Secretário de Assuntos Jurídicos de São Bernardo do Campo; Sr. Admir Donizete Ferro, Secretário de Educação e Cultura de São Bernardo do Campo; Sr. Luis Roberto Alves, Secretário de Educação e Cultura e Esportes de Mauá; Sr. Paulo Sérgio Soares, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Mauá; Vereador Hiroiuki Minami, da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo; Vereador Lolô Pargiani, da Câmara Municipal de Mauá; Sr. Marcos Palácio, neste ato representando o Deputado Estadual Enio Tatto; e, dentro de instantes, daremos seqüência ao anúncio das autoridades aqui presentes.

Passaremos agora, a manifestação do Deputado Estadual Waldir Agnello.

O SR. WALDIR AGNELLO – PTB – Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, Deputado Sidney Beraldo; Srs. Deputados Giba Marson, José Dílson, Vanderlei Siraque, Orlando Morando e Mário Reali; Sr. Presidente da Câmara, Vereador Laurentino Hilário, em nome de quem eu quero cumprimentar a todos os membros do Poder Legislativo Municipal, e ainda que ausente, por motivo já justificado, quero também saudar aqui o Prefeito William Dib, pessoa renomada, a quem nós temos grande estima; senhoras e senhores presentes, meu muito bom-dia.

Quero dizer da minha alegria em poder participar deste Fórum, de uma região tão importante, tão significativa, para o cenário econômico e social do nosso Estado.

Este é o 5º Fórum de que estou participando. Penso que depois do Deputado e Presidente Sidney Beraldo, sou o Deputado estadual que esteve presente em maior número de reuniões do Fórum Legislativo. Posso dizer, com relativo conhecimento de causa, que este trabalho que está sendo implantado e desenvolvido pelo Presidente Sidney Beraldo, pela Assembléia Legislativa, é de significativa importância para os rumos do Estado de São

Paulo. É um trabalho pioneiro, um trabalho extremamente complexo, muito bem detalhado. Nós vimos pela apresentação do professor que os números são consistentes, a metodologia é de terceira geração; é um conjunto de dados estatísticos extremamente importante e interessante para nós fazermos a seguinte reflexão; é sobre isso que eu quero falar com as senhoras e com os senhores.

De nada adiantaria pegarmos esse conjunto de dados estatísticos de informação e ao sairmos daqui guardarmos esses números, essas informações, na nossa gaveta ou no nosso computador. De nada adiantaria nós fazermos perguntas aqui, se nós não sairmos daqui hoje, com a reflexão daquilo que nós podemos e devemos fazer para melhorarmos as condições socioeconômicas, macroeconômicas, da nossa região, do nosso estado, do nosso País; de nada vai ter valido todo esse empenho da Assembléia Legislativa, todo esse empenho dos senhores e das senhoras, vindo a este Fórum.

Quero fazer uso aqui desse “banner” que nós ao nosso lado, onde existe uma lente sobre a palavra “informação”, dando destaque ao final dessa palavra, informação, onde sugere que nós temos que ter ação. É sobre isto que eu estou levando as senhoras e os senhores à essa reflexão. Nós precisamos pegar esse conjunto de informações e transformá-lo em ação, e se nós arrastarmos essa lente, um pouquinho mais para baixo, na palavra “desenvolvimento”, nós vamos ver também, se nós pegarmos ali, a partir da 4ª letra, nós vamos ter a lente na palavra “envolvimento”. Então, se nós tivermos ação e envolvimento de todos nós, Poder Executivo, Poder Legislativo, sociedade organizada, entidades de classes, nós teremos de fato, na próxima apresentação do conjunto de dados estatísticos, uma melhoria significativa em tudo aquilo que nós nos propusermos a fazer.

Para finalizar as minhas palavras, eu quero também fazer uso de algo que está escrito nesse “banner”, à minha direita, “o direito de sonhar”. Gosto muito de citar o escritor francês Victor Hugo, que numa das frases célebres dele dizia: “Que não há nada melhor do que um sonho para se criar o futuro”. Que nós todos juntos possamos sonhar com uma sociedade melhor, que nós todos juntos, possamos trabalhar por uma sociedade melhor, que nós possamos conseguir juntar a essa relação o capital e o trabalho, para que nós possamos melhorar a qualidade de vida do nosso próximo.

Muito obrigado a todos e tenham um bom Fórum, uma boa participação, e que nós possamos juntos continuar trabalhando por dias melhores que virão. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Muito obrigado, Deputado Waldir Agnello, pela sua manifestação. Lembrando a todos que cada orador terá direito ao uso da palavra por cinco minutos, para que todos possam se manifestar. As pessoas que ainda não se inscreveram para usar da palavra poderão fazê-lo junto ao Sr. Antônio Carlos ou as pessoas da Comissão, que estão espalhadas no interior deste auditório.

A seguir, ouviremos o Sr. Milton Biguth, que é vice-Presidente do SECOVI e Presidente da Associação dos Construtores do Grande ABC.

O SR. MILTON BIGUTH – Bom-dia a todos, Sr. Presidente da Mesa, Srs. Deputados, senhoras e senhores, é uma satisfação como membro da sociedade estarmos aqui presente recepcionando esta aula, este Desenvolvimento Sustentado aqui, para a região.

Eu tenho a impressão que a sociedade civil que está aqui presente gostaria de falar alguma coisa mais concreta. Nós estamos falando em dados, em números; eu adoro números, eu quero parabenizar o Professor da Unicamp que apresentou o trabalho. Eu achei excelente, porque é em cima de números que a gente pode trabalhar informações. O grande problema que nós vemos aqui no ABC chama-se “Redução de Riqueza”, e é sobre isso que eu acho que nós temos que pensar. Se vocês analisarem todos aqueles números, quando se fala de escolaridade, de educação nós estamos muito bem! Todos os municípios aqui eu tive a oportunidade de ver há pouco, com esse trabalho que foi apresentado o índice de escolaridade da região está muito bom comparativamente a outras regiões do Estado de São Paulo. Isto se deve, principalmente, ao trabalho sério que os municípios têm feito, todas essas Prefeituras, que têm se dedicado à educação; e é isto que o Brasil precisa, de educação.

Mas o índice riqueza, nós, do Grande ABC, estamos sentindo um problema bastante sério. Estive dando uma olhada naquele folheto que mostra que São Bernardo e São Caetano reduziram o índice de riqueza; Diadema e Santo André estão pau-a-pau, com 1997 e 2000.

Então, isso me faz perguntar, principalmente aos senhores representantes do Legislativo e do Executivo, esta é a grande procura que a sociedade civil tem; o índice de

desemprego que nós temos aqui é muito grande; o problema de responsabilidade social, com relação à Segurança Pública, é um dos problemas maiores que nós temos aqui, na região; o problema da habitação é um dos problemas sérios. O Governo do Estado investiu bastante aqui, principalmente em piscinões na região, eu acho isso fundamental, é muito importante o que foi feito. Só que em matéria de habitação, e eu sou do ramo, eu presido a Associação dos Construtores aqui da região, é o grande problema. Nós temos um volume muito pequeno aplicado pelo Estado, aqui na região, em matéria de habitação. Quando eu vejo no nosso “Diário do Grande ABC”, e nos demais veículos de informação da região, que a Prefeitura “x” aqui do ABC está lançando via CDHU 300 unidades, acho isso um absurdo, principalmente porque temos um déficit habitacional muito grande nessas camadas baixas em que a CDHU ou outro órgão público deve aplicar.

O déficit habitacional no País e, principalmente no ABC, está nas camadas de até cinco salários mínimos; esse é o grande problema que temos.

Temos que pensar e trazer habitação popular aqui para a região via CDHU ou outro órgão público, porque não é trazendo trezentas unidades que vamos resolver esse problema. Isso é apenas um passo que estamos dando, porém acho que temos que acelerar isso, nós, município e sociedade civil. Não estou diretamente ligado a qualquer entidade pública, trabalho com sociedade civil e digo claro que se hoje a sociedade civil tiver que fazer algo para a população de baixa renda tem que ser via Estado, porque se não tiver subsídio não se consegue fazer moradia para a população de baixa renda.

Não adianta, porque as entidades particulares não conseguem fazer devido ao alto custo do terreno, a problemas burocráticos; precisa ser via administração pública.

Então, é para se repensar principalmente no campo da habitação, que deve ser feito via poder público e via volume. Se não tiver volume de habitação não adianta sair no “Diário do Grande ABC” ou demais órgãos públicos que vamos fazer trezentas casas via CDHU. Estaremos tapando o sol com a peneira. É só o que queria falar para vocês.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Muito obrigado.

É com grande satisfação que anunciamos a presença entre nós do Sr. Aníbal Teixeira, ele que é Presidente do Instituto Juscelino Kubitscheck, de Belo Horizonte, e ex-Ministro do Planejamento do Governo José Sarney.

Passaremos a palavra ao Sr. Aníbal Teixeira para a sua manifestação.

O SR. ANÍBAL TEIXEIRA – Ilustre Presidente da Assembléia, Deputados presentes e autoridades.

Efetivamente fui apanhado de surpresa, mas é um assunto realmente de tanto interesse que não há como deixar de falar sobre ele.

Temos tido um trabalho ultimamente. O Instituto JK tem 22 anos de existência, foi criado por Tancredo, dona Sara e por nós, e tem feito estudos de diversos tipos na área social e ultimamente tem se dedicado muito – inclusive é objeto de dois livros que publicamos recentemente, sobre aquilo que chamamos “Mártir das Cidades” e “Geração de Emprego e Renda”. E por uma sugestão do Presidente do BNDES, nosso amigo, fizemos aqui há uma semana atrás um encontro para debater os temas relativos exatamente a essa preocupação da Assembléia. É realmente formidável um ex-Deputado, fui Deputado por quatro vezes, ver esse trabalho que a Assembléia está fazendo, coletando junto à comunidade, à sociedade e ao empresariado essas vocações e esses grandes problemas das regiões.

Acostumamos, em Minas e no Brasil todo, a achar que São Paulo não tem problemas. Quando se fala até em qualquer coisa para beneficiar São Paulo, mobiliza-se no Congresso: Não. São Paulo não precisa, porque São Paulo é a locomotiva, é lá que está o dinheiro, etc. Mas a realidade brasileira é uma realidade bem curiosa e ela mostra que realmente há momentos em que é preciso repensar a economia de uma região.

Tivemos, no tempo do Juscelino, uma oportunidade formidável de dar uma arrancada muito grande para o desenvolvimento. Persisti na época como diretor de imigração e colonização também ao grupo executivo da indústria automobilística que teve uma repercussão muito grande aqui na região. Foi aqui exatamente que se criou esse núcleo, essa arrancada formidável no sentido da indústria automotiva; e depois sentimos que sempre que se falava em termos de desenvolvimento sempre nos reportávamos ao ABC. E o ABC, hoje, tem também os seus problemas, problemas derivados de uma série de fatores,

entre eles a própria tecnologia que obrigou a indústria automobilística altamente competitiva a informatizar-se, a robotizar-se e liberar muita mão-de-obra. Isso também repercutiu nas outras indústrias. Num segundo tempo as políticas de incentivos exageradas acabaram esvaziando significativamente o ABC. Sentimos que houve um artificialismo na tentativa de transformar o Brasil de repente numa grande indústria, o que é realmente um grande equívoco.

Na verdade, o Desenvolvimento Econômico se deu, a princípio, com a transferência da população da área rural para a área urbana, da área agrícola para a área industrial, e podemos dizer que o Brasil hoje tem uma agricultura competitiva a nível internacional com muito pouca mão-de-obra. Vejam os Srs. a delicadeza da questão: da mesma forma nos agarramos muito, inclusive a minha geração com livros e trabalhos publicados, à idéia de que desenvolvimento era indústria. É uma idéia fixa que desenvolvemos e é natural que essa idéia tenha nascido num país que era essencialmente agrícola, mas a coisa mudou e mudou substancialmente.

Os Estados Unidos têm a melhor agricultura do mundo com 4% de população na agricultura; têm as melhores indústrias do mundo com 20% da população apenas na indústria; o ABC teria que ter feito essa adaptação no sentido de que não é só a indústria que gera riqueza e que gera desenvolvimento. Mas São Paulo funcionou como um grande ímã. Quando se queria matricular alguém numa faculdade se matriculava numa faculdade em São Paulo – Capital; quando se queria ir para um bom hotel, “vamos para São Paulo”; quando se queria fazer uma exposição ia-se a São Paulo; para fazer uma compra ia-se a São Paulo. Então, aquela transferência normal de população da área industrial para a área de serviço não se deu no volume desejado no ABC. Esse é o diagnóstico que fizemos e que foi de uma certa forma consagrado num encontro que fizemos com 230 empresários há uma semana atrás.

É preciso repensar o Desenvolvimento do ABC e esse repensar significa realmente estudar essas cadeias produtivas; e aqui existem pelo menos doze cadeias produtivas altamente competitivas. Porque o que se fez no Brasil foi o artificialismo de montar indústrias que levam a matéria-prima de São Paulo, levam a mão-de-obra qualificada de São Paulo. Vejam que antítese!

Na época da imigração trazíamos nordestinos para emprego em São Paulo, agora estamos vendo um fenômeno inverso. Técnicos qualificados do ABC estão indo fazer coisas que podiam ser feitas aqui em melhores condições. Esses artificialismos tributários não resistem hoje a uma economia globalizada. Aí surge a grande oportunidade do ABC. Aquelas montadoras que saíram daqui em busca de algumas facilidades tributárias têm que repensar as suas situações. Porque o “just in time”, as exigências logísticas de composição nas linhas de montagem têm que fazer com que elas repensem essa situação. Então, o ABC tem que examinar essas novas oportunidades. Até nesse encontro que fizemos surgiram duas idéias de forças, além das cadeias produtivas, como a de cosmético, a cadeia produtiva de móveis, a cadeia produtiva da própria indústria mecânica leve, da tecnologia da informática; também surgiram duas idéias ligadas ao setor de serviço.

Uma é a idéia de que podemos e temos todas as condições logísticas e de mercado para ter aqui um grande centro de convenções. Está faltando em São Paulo como um todo paradoxalmente. Se alguém quiser fazer um evento significativo, que envolva mais de quinhentos estandes, que envolva mais de 20 mil pessoas, temos que aguardar três anos para conseguir espaço para isso em São Paulo.

Temos oportunidades que têm que ser aprofundadas, porque elas são geradoras de empregos e de negócios. Isso é exatamente a mensagem que queremos trazer aqui. Da mesma forma trouxemos aqui e foi lançada a idéia pelo Sindicato da Pequena e Média Indústria, através do Joseph Cury, de uma universidade do empreendedor, que é alguma coisa ligada à área de treinamento, mas um treinamento vocacionado para o empreendedorismo. Isso também é uma idéia de força para o ABC. Enfim, não quero me estender aqui, mas ultimamente não posso ver uma tribuna, pois estou há muito tempo sem falar. Depois de quatorze anos cassado fico sempre muito empolgado com a tribuna, mas quero apenas parabenizar o Presidente da Assembléia. É realmente uma medida das mais produtivas esse trabalho que vem sendo feito. Inclusive conheci o PPA, conheci o trabalho do Evaldo Borato, que fez uma exposição no nosso encontro lá no Aramaçã sobre o significado dessas novas linhas de força da ação governamental. Conheci alguns trabalhos de Prefeitos do ABC e tenho a convicção de que podemos realmente repensar tudo isso. E o que é mais importante: além de fazer essa parte, o Instituto não tem fim lucrativo, mas fazemos projetos industriais. É o meu ganha-pão; apesar dos 70 anos, tenho trabalhado.

Tínhamos 53 propostas de projetos industriais; 20 e tantos empresários. Meu tempo já está esgotado. Vou encerrar. Sinto que já está pulsando um Brasil diferente. O setor de indústria naval que estava morto há quinze anos ressuscita; o setor de siderurgia está movimentado, as áreas de exportação, especialmente aquelas altamente competitivas, o reflexo do desenvolvimento agrícola e dos agronegócios, tanto na exportação como na geração de emprego no próprio ABC, já começam a ser sentidos. Enfim, é chegada a hora e a vez de termos aquela confiança de que falou aqui o Deputado há pouco, no direito de sonhar, e o ABC tem muita coisa a dar para o Brasil. Ele não só fez a grande arrancada desenvolvimentista como tem nas suas forças, na sua mão-de-obra, na sua qualificação, na sua tecnologia e no vigor do seu povo tudo aquilo que é necessário para um novo Brasil. Um Brasil diferente que se some ao desenvolvimento econômico, aquele desenvolvimento social analisado aqui por esse estudo formidável feito pela universidade.

Muito obrigado.(Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Agradecemos ao Ministro Aníbal Teixeira pelas suas manifestações.

Queremos anunciar e agradecer a presença da Sra. Marisete Bezerra e Silva Marson, esposa do Deputado Giba Marson, e neste momento passaremos a palavra ao Deputado Estadual Giba Marson.

O SR. GIBA MARSON – Bom-dia a todos.

Deputado Sidney Beraldo, Deputado José Dílson, Vanderlei Siraque, Orlando Morando, Waldir Agnello, Mário Reali, Valentino Hilário, em nome de quem cumprimento todos os Vereadores da região do ABC, secretários municipais, representantes da sociedade civil, senhoras e senhores.

É com muita alegria que participamos deste “Fórum do Desenvolvimento”, uma vez que a região do ABC tem uma particularidade que a diferencia das outras regiões. A região do ABC tem o Consórcio de Prefeitos, tem a Câmara Regional de Desenvolvimento, tem a Agência de Desenvolvimento. Enfim, tem organismos de visão regional que nos fazem enxergar os nossos problemas como um todo e não individualmente dentro de cada cidade, mas principalmente os nossos problemas regionais. É o Consórcio de Prefeitos e a Câmara

Regional, que têm inclusive Câmaras Temáticas que discutem os diversos problemas da nossa região, discutem o nosso desenvolvimento, discutem as nossas necessidades e acabam gerando demandas para os Deputados aqui presentes, que tenho o privilégio neste ano de representa-los junto à Câmara Regional, falo dos Deputados Ana do Carmo, Donisete Braga, José Bittencourt, José Dílson, Mário Reali, Marquinho Tortorello, Orlando Morando e Vanderlei Siraque. Tivemos na participação junto à Câmara Regional a incumbência de apresentar as emendas que significam as principais demandas da região do ABC. Dentre elas, Sr. Presidente, temos emendas que falam do turismo, inclusive aprovada na LDO, emendas como ferroanel, o plano estadual de habitação, de interesse social, o suporte às políticas públicas de saúde da nossa região, solicitando inclusive um percentual maior de 0,5% de investimento para a saúde na nossa região, a recuperação e a preservação dos nossos mananciais, o desenvolvimento econômico e o fortalecimento de cadeias produtivas como plásticos, petroquímicas e o turismo. A nossa discussão sobre o PPP que iniciamos agora junto ao Governo do Estado, os programas de parceria pública e privada.

A Assembléia Legislativa tem dois representantes junto a um grupo de trabalho que fala da política estadual de resíduos sólidos e também essas emendas que foram contempladas por ocasião do PPA. Gostaria de apresentar ao Presidente o nosso trabalho, as emendas do Orçamento e do PPA, elaboradas e assinadas pelos Deputados da nossa região, para que pudéssemos unir forças para a aprovação dessas emendas, uma vez que elas representam a demanda da nossa região extraídas desses organismos, do Fórum de Cidadania, do Consórcio de Prefeitos, da Câmara Regional e da Agência de Desenvolvimento.

Gostaria de lembrar que alguns assuntos que porventura não estejam contemplados nas nossas emendas poderão ainda, extraídos desse debate, serem solicitados ao relator no momento em que ele for disponibilizar o seu trabalho junto ao PPA.

Sr. Presidente, apenas para agradecer a participação de todas as pessoas daqui da região nesse Fórum e principalmente parabenizar a Assembléia Legislativa e trazer essa discussão para São Bernardo e receber dos Deputados aqui presentes a nossa demanda extraída desse trabalho e apresentada como emendas. (Palmas.)

O SR. ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA – Temos uma questão que foi levantada na apresentação pelo Prof. Carlos Brandão. Alguém nos colocou que ele não citou a área de imóveis de São Bernardo.

Prof. Carlos, por favor, dá para o senhor responder?

CARLOS BRANDÃO – Não estou com o estudo aqui, ele é de todo o Estado, então é difícil ficar carregando por aí. Mas tem algumas hipóteses, talvez seja um erro de digitação. Não tive tempo de falar dessa pesquisa, mais é uma pesquisa muito parecida, pois todos estão fazendo no mundo todo, o SEBRAE está fazendo no Brasil, no Estado de São Paulo, a FIESP, que é trabalhar com índices de especialização. Então, são dados da Rais, são dados do salário formal. Eles captam apenas as empresas que têm mais 30 empregados com carteira assinada e principalmente são indicadores de especialização. Se uma cidade tiver uma estrutura produtiva mais diversificada, a especialização não aparece. Essa é uma hipótese bastante forte, que em todas as economias complexas, como se calculasse a especialização da cidade de São Paulo, seria impossível. Essa pesquisa mesmo no Estado de São Paulo retirou o setor de alimentos, porque ele está espalhado em todo o Estado de São Paulo e não seria possível calcular a especialização de alimentos no Estado de São Paulo.

Vou checar se é um erro de digitação. Provavelmente sim, mas poderiam ser essas questões. Em toda a economia mais diversificada os índices de especialização não aparecem.

Colocaremos no relatório e poderemos enviar a pesquisa como um todo e parte dela está reproduzida no PPA, quando fala das cadeias específicas, as 20 cadeias produtivas e dos agronegócios.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Obrigado, Sr. Carlos Brandão, pelos seus esclarecimentos.

As pessoas ainda poderão se inscrever para usar da palavra, bastando apenas que encaminhem esse pleito aos nossos amigos do CEPAM que estão postados nas laterais deste auditório.

Vamos ouvir agora a manifestação do Sr. José Contreras, Diretor do Movimento em Defesa da Vida do ABC.

Por favor, Sr. José Contreras. (Pausa.) Foi tomar café?

Na ausência do Sr. José Contreras, que deverá voltar em seguida, anunciamos as presenças dos Senhores: Evaldo Corato, Diretor da Secretaria de Economia e Planejamento – ERPLAN – da Grande São Paulo; do Sr. Hermes Tomazoni, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Social de São Bernardo do Campo; do Sr. Fernando Longo, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de São Bernardo do Campo; de Ricardo Marques, Presidente da Associação dos Comerciantes de Santo André – Regional Vila Assunção; de Deise Della Santa Pereira, Presidente da APASMA – Associação para Deficientes Auditivos.

O SR. JOSÉ CONTRERAS – Bom-dia a todos. Desculpem-me pela ausência.

Queria parabenizar a Assembléia Legislativa na pessoa do Presidente Deputado Sidney Beraldo e ressaltar o seguinte: eu, como ambientalista e diretor do movimento ambientalista MDV – Movimento da Vida do Grande ABC, tenho acompanhado o excelente trabalho da Assembléia Legislativa no que se refere especificamente à questão voltada ao meio ambiente, com a Comissão do Meio Ambiente, aqui representada pelo Deputado Giba Marson e também pelo Deputado Orlando Morando, os dois com as suas assessorias fazendo um excelente trabalho!

Queria ressaltar o seguinte, também baseado nos dados apresentados. Não sei se os números mentem ou não mentem, mas os números foram postos aí e percebi que na região metropolitana do Estado de São Paulo, composta por 39 municípios, somos os primeiros na educação e estamos lá no meio em longevidade.

Presumo assim que como eu muitos de vocês têm uma humilde casinha lá na praia, porque não temos qualidade de vida no ABC. Chega final de semana pegamos o famoso congestionamento da Rodovia Imigrantes e da Anchieta. A família fica lá para preservarmos um pouco a saúde do neto e do filho não é? Porque aqui, com áreas contaminadas, rios poluídos, não adianta desenvolvimento. Estava falando com o Osmarzinho, Secretário do Meio Ambiente, o baixinho Osmarzinho, que de primeiro o que media muito a riqueza era a renda “per capita”, não é? Agora temos um fator muito

importante que é a qualidade de vida. Não adianta falar que vai fazer uma mansão enorme e do lado vem um pessoal e ocupa. Não sou contra o favelado, sou contra a favela.

Enfim, essa união dos municípios, do Ministério Público, dos Deputados, dos Poderes e das próprias ONGS em relação à qualidade de vida, tem acontecido no ABC, muito lentamente, mais tem acontecido.

Como disse o Biguth, os piscinões, o fechamento do lixão do Alvarenga, se bem que os piscinões – e aqui irei puxar um pouco a orelha dos Poderes constituídos –, os piscinões em alguns casos, como é o caso do Piscinão de Diadema, da Avenida Casa Grande, ali temos um piscinão que é um coletor de esgoto, uma bacia que está lá. Porque discutiu-se tudo mas não discutiu o coletor tronco do Ribeirão dos Couros. É impressionante!

No principal afluente do Ribeirão dos Meninos, o Ribeirão dos Couros, temos ali um piscinão que capta todo o esgoto da bacia e fica ali; vem chuva, o sol esquenta e joga aquilo lá e nossa longevidade, Ademir, vai por água baixo, não é? Quer dizer, temos uma região mais ou menos rica e com a taxa de longevidade muito aquém do desejado.

Acho que está na hora de explorarmos. Estive com o Deputado Giba Marson, recentemente, na chamada Estrada Parque, futura Estrada Parque, como a Sonia Lima costuma chamar, não é Osmarzinho? É a Estrada Velha de Santos. Todo mundo vai ali muito à vontade, sem organização.

Agora, o Governo do Estado batendo cabeça entre as suas Secretarias, a EMAI, dona da área, desenvolve um baita de um plano bonito para se aproveitar aquela região turística, e o Instituto Florestal não faz o trabalho de manejo. Olha, pode-se utilizar aquilo mas de uma forma adequada. Mas não se faz isso.

Agora que construíram lá dois pontilhões. É uma região capaz de nos deixar propensos a não ir para a Baixada para passear um pouco lá. Qualquer um vai aos domingos lá. É uma atividade “medonha”, mas ninguém sabe explorar isso. De repente o Ministro coloca aqui – não é, Ministro? – que não temos um local para fazermos uma convenção. O Reverendo Moom já tem um local na Estrada Velha de Santos. Parece que é gente que tem visão, não é só ganhar grana. Mas ele tem visão e nós não temos.

Temos a Estância, do meu amigo Carloni. Nossa Mãe! Aquilo lá é freqüentado por milhares de pessoas no fim de semana. Mais nós não temos. De repente nós, como

ambientalistas, poderíamos ajudar a aprovar alguma coisa para fazer um centro de convenção no Alto da Serra.

A nossa Represa Billings, apesar de poluída – o Ubirajara está aqui –, não sabemos explorá-la com esportes náuticos, lazer. Passamos de carro, vemos aquela represa bonita, fedida mas bonita, e não sabemos explorar isso.

Finalizando, queria dizer o seguinte: falta o Governo do Estado com as Prefeituras equacionar essa questão dos coletores-tronco dos receptores. O Estado fala que isso entra no desenvolvimento da região. É evidente. Quem vem para a região aqui verá o Rio Tamandateí com aquela fedentina, um rio morto, onde só corre esgoto e efluente industrial; as nossas áreas contaminadas como Barão de Mauá, onde seis mil pessoas estão se contaminando com aquele aterro industrial.

O Governo do Estado e os municípios precisam sentar e formar uma Comissão para discutir imediatamente e encaminhar essa questão dos coletores-tronco, dos receptores, e o Governo do Estado pára de falar que é lição de casa do Município, que o Município não faz lição de casa. O Município fala que é questão da Sabesp, que a Sabesp é que tinha de fazer isso.

Olha, vocês são adultos, vamos parar de brigar e vamos resolver essa questão.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Muito obrigado pela sua manifestação e, neste momento, passamos a palavra ao Deputado Estadual José Dílson.

O SR. JOSÉ DILSON – PDT – Bom-dia a todos.

Quero cumprimentar o nosso Presidente Sidney Beraldo e os meus colegas Deputados: Waldir Agnello, Orlando Morando, Giba Marson, Vanderlei Siraque e o Mário Reali, que acabou de sair. Cumprimentar o Presidente da Câmara de São Bernardo do Campo, Laurentino Hilário, em nome do qual cumprimento todos os Vereadores da região do ABC; cumprimento o Secretário do Governador, Fernando Leça, em nome do qual cumprimento todos os Secretários e representantes dos Secretários presentes nesta reunião e todas as representantes das associações e todas as autoridades.

Sr. Presidente Sidney Beraldo, essa sua atitude demonstra por que V. Exa. foi eleito por unanimidade o Presidente da Assembléia Legislativa. A sua atitude de fazer as parcerias para começarmos um trabalho de desenvolvimento sustentado demonstra que um mundo melhor se constrói com parceiros.

Quando Waldir Agnello aponta que sonhar é possível, já em 1980 a Escola de Samba Vila Isabel fez o enredo da escola, “Um Sonho Sonhado”. Mas sabemos que não existe desenvolvimento, Sr. Presidente, sem investimento. É impossível. E, quando o Governo Federal tenta ações que vai fazer com que cada vez mais tenhamos a chamada “guerra fiscal”, fica às vezes difícil sabermos quem chegará nessa região, que já foi a mola propulsora desta nação; e que, de repente, o êxodo começou a acontecer e hoje o Grande ABC praticamente virou uma região de serviços.

Outras estão saindo ainda, Sr. Presidente. Então, hoje, vemos a pujança da cidade de Sorocaba e que antes essa pujança era do Grande ABC.

São ações como esta, comandada por V. Exa., mais uma vez dizendo – e por isso que V. Exa. é o nosso Presidente, estamos verdadeiramente bem representados – fazem com que nessas discussões a democracia esteja presente, para que possamos todos discutir os melhores caminhos, sem esquecer Sr. Presidente, que sem investimento é difícil chegar ao nosso objetivo de desenvolvimento econômico.

Vamos buscar uma forma em que os investidores façam, como acabou de dizer o ex-ministro, que chegou a esta tribuna dizendo: “Para fazer um Fórum de importância no Anhembi, tem que ficar na fila por três anos”. Para que possa ocorrer uma reunião ampla com vários segmentos da sociedade brasileira e internacional, aqui na região do Grande ABC.

Proponho, com a palavra do ministro, que o Consórcio Municipal, a Agência de Desenvolvimento e a Câmara Regional, que representa toda a região do ABC, façam o encaminhamento dessa discussão, para que, juntos, possamos fazer uma ação única, e, com isso, obter os objetivos de que o nosso ex-ministro acabou de falar.

Era isto que tinha que dizer, mais uma vez. Vamos procurar quem serão os investidores. Só o governo não conseguirá fazer, pois sabemos das dificuldades. Vamos verificar a possibilidade dos 10 milhões de empregos prometidos pelo Governo Federal.

Parece que agora passou para os 13 milhões e que ainda não aconteceu, mas dá sinais de que teremos um 2004 melhor pelo menos para o Natal.

Pegando essa parte de longevidade, na qual quem me antecedeu aqui fez a citação, costume às vezes brincar e dizer que, apesar de ter toda essa parte do “Fome Zero”, na qual o Governo Federal está tentando resolver, mais uma vez só resolve essa condição se tiver desenvolvimento.

Acho que nenhum de vocês conhece o idoso obeso, acima de 80 anos. Deve conhecer mais, porque o obeso é a grande epidemia do mundo, Sr. Presidente, onde um bilhão e 400 milhões de pessoas estão acima do peso. No Brasil, acima de 40% da população está acima do peso, onde o Governo Federal gasta um bilhão de reais apenas com doenças da obesidade, como diabetes, infarto do miocárdio e derrame cerebral.

Sr. Presidente, existem determinadas condições em que não chegamos à longevidade. Deveria haver discussão. As concessões dos canais de rádio e de televisão são dadas pelo governo. Que o governo exigisse uma educação alimentar, porque, com todas as dificuldades, se o nosso povo, especialmente como acabou de se ver no quadro apresentado, praticamente quase a totalidade tem educação no Grande ABC, pegando como parâmetro, com certeza teríamos mais dez anos de vida, e esse índice de 65 anos poderíamos elevar a 70 ou 75 anos, se tivesse programas de educação cultural nos horários de televisão, ao invés das baixarias que costumamos ver em todos os programas de grande audiência, como as novelas transmitidas pela Rede Globo, que agora está mais para uma aula de sexo do que outra coisa.

Então, Sr. Presidente, seriam estas as considerações que gostaria de fazer. Quero mais uma vez parabenizá-lo pela sua atitude nobre, que, com a sua inteligência, trouxe até nós.

Muito obrigado a todos e um bom-dia. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Muito obrigado ao Deputado José Dílson pela sua manifestação.

Gostaríamos de convidar para usar a palavra o Diretor da APAS – Associação Paulista dos Supermercados – e Deputado Estadual de São Paulo Dr. Orlando Morando.

O SR. ORLANDO MORANDO – PL – Bom-dia a todos.

O orador começa a cumprimentar todo mundo não por educação, mas para aquecer e começar o discurso. O protocolo não nos permite deixar de cumprimentar o Presidente Sidney Beraldo, os Deputados Giba, José Dílson, Vanderlei Siraque, Waldir Agnello, Mário Reali – eu fui o único que pronunciou certo o nome Agnello – e o nosso Presidente da Câmara de São Bernardo; cumprimento todos os vereadores, o Vereador Laurentino, cumprimento o Ademir, Hermes, Ademir Ferro, Osmar Mendonça, todos os secretários municipais que se encontram, e o Vereador Loló, que também está presente aqui.

Meus amigos, são tantos os assuntos e todos da mesma importância.

Precisamos buscar o entendimento, até porque cada um busca se especializar em uma área. Mas um dos pontos que chamou a atenção positiva de todos que ouviram e assistiram o Índice Paulista de Responsabilidade Social, sem dúvida nenhuma, é a questão da educação voltada à região do Grande ABC. Mas, ao mesmo tempo, temos que dar o contraditório disso.

No Brasil, buscam-se esses índices através dos alfabetizados. Temos uma deficiência muito grande e ela se faz por uma pertinência extremamente importante, pois tudo já foi dito do pólo tecnológico, pólo científico, que é o Grande ABC. Hoje, há uma grande vocação turística, mas, lamentavelmente, nos congratulamos com esse índice favorável. Mais do ensino fundamental ainda. Mais do que isso, isso se faz pelo empenho das administrações municipais.

Sabemos que sobre o ensino universitário, o Grande ABC tem uma deficiência grande, e muitas vezes nos invejamos – e dizem que a inveja é um dos piores sentimentos que o ser humano pode ter – porque o Grande ABC, que tem uma forte representatividade na contribuição do ICMs ao Governo do Estado, não tem uma única universidade pública. Não queremos ir tão longe em vários cursos, mas temos um pólo ambiental importantíssimo e sequer somos ousados em ser contemplados com uma universidade pública.

No sábado passado, fizemos um amplo debate com vários deputados estaduais, deputados federais, na Fundação ABC, e o único sentimento é o de pedir para que fosse estadualizada ou federalizada. Mais do que isso, que englobasse outros institutos como o IMES, como o Direito de São Bernardo, que já tem o seu reconhecimento feito por todas as

esferas, mas, infelizmente, vemos universidades em Marília, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e, a última, na Zona Leste. Tudo isso achamos extremamente importante. Somos considerados os primos ricos no cenário político, mas sinto-me extremamente empobrecido quando olho para essa região. Sei que o único aluno, quando termina o seu colegial, não tem a oportunidade de ingressar numa universidade pública ou muitas vezes num curso tecnológico universitário, porque, infelizmente, isso ainda não foi voltado para o Grande ABC.

Os méritos do Governo aqui são inúmeros. Temos o maior sistema de microdrenagem implantado no Governo do Estado, através da Secretaria de Recursos Hídricos, os piscinões, que só trouxe o bem-estar e devolveu a cidadania daqueles que muitas vezes viram os seus eletrodomésticos indo embora pelas enchentes, mas voltou a revitalizar a questão dos investimentos. A prova foi dada pela cidade de Diadema, que, com o piscinão de Piraporinha, a empresa Andeve veio se instalar, trazendo mais de mil novos empregos para aquela cidade e tantos outros. A Mercedes é mais um exemplo. A Mercedes revitalizou a sua fábrica de motores, contribuindo para trezentos novos empregos. Reconhecemos os méritos do Governo do Estado, que volta os seus olhos para algumas questões, como foi falado pelo Conterras hoje, como a implantação do Parque da Serra do Mar. Mas sabemos que algo a mais precisa ser feito e, neste momento, sabemos de todas as outras adversidades.

A questão da Segurança, o Secretário Saulo estará nesta tarde aqui, em São Bernardo, trazendo novos anúncios para trabalhar e lutar, sabendo que segurança é uma luta incansável.

A questão da Universidade Pública para a região do Grande ABC é importantíssima. Não tenho dúvida que o empenho que os secretários municipais de Educação e os prefeitos fazem pode contribuir de maneira importante para esse número. Queremos esse número do começo ao fim, começando do ensino fundamental e terminando com alunos formados de mais alta capacidade. A região tem potencial para isso, podemos voltar os cursos exclusivamente para a indústria moveleira, indústria automobilística, vocação do turismo, pois não tenho dúvida que o Grande ABC é hoje a noiva do Estado de São Paulo na questão voltada para o turismo. Mais do que investimento, precisamos de profissionais habilitados e

eles podem sair da nossa região. Não queremos importar profissionais de outras regiões, queremos formar os nossos profissionais e precisamos desse apoio.

Há uma outra questão que me preocupa muito. O Grande ABC tem um déficit habitacional muito grande. Esse déficit tem sido diminuído por empenho muito grande da parte dos prefeitos. A Prefeitura de São Bernardo está com vários projetos de urbanização; a Prefeitura de Santo André pode dar referência na Sacadura Cabral. No último final de semana, o Prefeito Tortorello também termina, mas por parte do Governo do Estado. Sabemos que o CDHU é um dos órgãos que mais dispõem de recursos, mas, infelizmente, investe pouco no Grande ABC.

Aclamamos aqui para que nesse Plano Plurianual, já contemplado pelas emendas que o Deputado Giba, que nos representa no Consórcio, enumerou, possamos receber mais investimentos na área da habitação. Os investimentos na área da habitação, todos sabemos, trazem cadeia produtiva, gerando receita, empregos e, mais do que isso, trazendo uma cidadania trazida no grande fomento das indústrias. Hoje, o Grande ABC não gera mais empregos nas indústrias. Conseqüentemente, com a grande crise do emprego que assola o Brasil, hoje, os problemas sociais são aumentados. Vamos dar essa contribuição ao Grande ABC!

Quero saudá-lo, Sr. Presidente, por essa iniciativa. Falei com o senhor, ao “pé do ouvido”, da extrema importância em mostrar o empenho que faz o Legislativo. Muitas pessoas têm o hábito de criticar e até nós mesmos criticamos que o parlamentar não atua e não trabalha. Até porque esse cenário político já foi manchado por antecessores. Essa sua iniciativa, sei que foi instalada pela Mesa. Mas a iniciativa foi do Presidente Beraldo em mostrar e trazer a Assembléia Legislativa itinerante. Isto aqui, mais do que o Fórum, é uma Assembléia itinerante, pois dá a oportunidade de a sociedade civil trazer as suas dificuldades, não a um deputado, mas a um conjunto de deputados. Este Fórum traz a imprensa da Assembléia, dá visibilidade do trabalho que faz o deputado, porque é muito simples criticar. Sabemos o quanto todos nós nos dedicamos, com o horário extensivo, buscando soluções para a população e muitas vezes não conseguimos.

Quero saudar o Presidente Beraldo, por ter tido essa iniciativa. Quero agradecer a presença de todos vocês e esperamos que deste Fórum possamos aumentar a contribuição

ao Grande ABC na participação política junto à Assembléia Legislativa e principalmente ao Governo do Estado.

Muito bom-dia e muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Agradecemos ao Deputado Orlando Morando, pela sua manifestação.

Gostaríamos de dizer a todos que as manifestações estão sendo todas elas gravadas e farão parte do relatório que a Unicamp irá expedir ao final dos ciclos destas reuniões regionais. As pessoas que desejarem poderão acompanhar as reuniões do Fórum pelo “site” da Assembléia Legislativa, cujo endereço é: www.al.sp.gov.br.

Temos aqui, além do Prof. Carlos Brandão, as presenças ilustres do Prof. Gustavo Zimmermann, Prof. de Economia da Unicamp, e do Prof. Ulisses Sameghini, também da Unicamp. Eles estão compilando as sugestões, as propostas e as reivindicações, para também constar do relatório final das reuniões regionais.

Ouviremos agora a manifestação do Sr. Jorge Ubirajara, Presidente do Núcleo Pró-Vela.

O SR. JORGE UBIRAJARA – Queremos parabenizar o Presidente da Assembléia, o Deputado Giba Marson e os demais deputados da região por esta oportunidade de trazer a sociedade civil para este debate e para esta manifestação.

A nossa manifestação prende-se especificamente à área de mananciais do ABC. Sabemos que temos, banhando seis municípios da região do ABC, a Represa Billings. Essa Represa Billings, para ter uma idéia de sua dimensão, até hoje, em função dos mananciais, é considerada uma maldição para o desenvolvimento dos municípios que cercam essa represa. No entanto, hoje, nós estamos vendo, graças a alguns estudos dos municípios limítrofes, que, na realidade, a Represa Billings pode ser mais um canal de desenvolvimento desses municípios limítrofes.

Hoje, estamos vendo, graças a alguns estudos dos municípios limítrofes, que, na realidade, a Represa Billings pode ser mais um canal de desenvolvimento desses municípios limítrofes. Por causa disso, corrija-me o Secretário Osmar, se eu estiver errado, mais de 30% da área de São Bernardo é água, é a represa; mais ou menos 60% deve ser

área de mananciais. Não pode ser ignorado no planejamento da cidade o aproveitamento do que antigamente era julgado uma maldição e, na realidade, é uma benção. Talvez, é tão importante quanto as minas de ouro foram para Ouro Preto.

Temos que pensar na represa não mais como no passado, que também foi um indutor de desenvolvimento. Não podemos esquecer que as indústrias do ABC só foram possíveis de serem viabilizadas aqui na década de 60 porque tínhamos uma usina hidroelétrica a poucos quilômetros. Depois, outras usinas foram incorporadas e hoje em dia, na realidade, a Represa Billings tem a vocação de uso múltiplo.

Há 40 anos, quando nós, do movimento ecológico, falávamos que iríamos beber água da Billings, quando era bombeado o esgoto do Rio Pinheiros para dentro da Represa Billings, todo mundo ria da gente. Hoje, não só o ABC está bebendo água da Billings como toda a Grande São Paulo, Dois metros cúbicos por segundo estão sendo enviados para a Guarapiranga, pois todo o sistema do Alto da Boa Vista está sendo alimentado por isso.

Gostaria de centrar mais, para ser breve, justamente nas oportunidades que a Billings pode oferecer a esses municípios. Nós começamos a ver algumas coisas. Por exemplo, recentemente estamos analisando, com o Município de São Bernardo e com outros municípios da região, a viabilidade da vela na Billings. Só para ter uma idéia, a Represa Guarapiranga tem 33 km quadrados de área navegada; a Billings tem quatro vezes mais, tem 127 km de área navegada; e, mais, por exemplo, a vela poder ser utilizada para todo o tipo de esporte náutico. Temos o lado norte da Billings, que é um lugar excelente para escola de velas. Por exemplo, a parte central da Billings é usada muito para motonáutica, tanto é que existe campeonato de motonáutica, porque a região propicia isso. Mas a parte sul, tem as melhores condições do Brasil para sediar um campeonato mundial de vela na área esportiva, sem contar os milhares de passeios que são possíveis de ser feitos na Billings, do ponto de vista turístico. Temos parques, temos algumas dezenas de clubes.

Gostaria de fazer uma outra comparação do tamanho da Guarapiranga. O mais recente velejador que temos na Billings, que é o Dr. Osmar Mendonça, entusiasta da vela, quando pegamos aqueles dados do trabalho que o Deputado Giba Marson acompanhou, comparamos, por exemplo, duas mil embarcações, que têm 33 km quadrados, com as duzentas embarcações que temos aqui. Falamos que precisávamos trazer mais gente para

cá, pois temos possibilidade de ter umas cinco ou seis vezes mais do que tem de embarcações na Guarapiranga, pois ela está assoreada e está acabando.

Foi feita a “1ª Semana de Vela”. Para ter uma idéia, teve 75 barcos inscritos na primeira vez, e a semana de vela de Ilha Bela conseguiu ter 70 barcos, depois de 19 anos.

Vejam o impacto que foi. Esse impacto teve outro efeito. Hoje, o núcleo Pró-Vela, está desenvolvendo seis projetos de vela para os municípios do ABC.

Houve uma retomada de desenvolvimento, porque precisamos pensar na vela não estigmatizada como uma atividade elitista. A idéia nossa é desenvolver escolas de vela para a população carente e desenvolver profissionais de vela, como era no passado. O Riacho Grande e o Eldorado, por exemplo, eram áreas náuticas, tinham indústrias náuticas. Hoje, é possível graças a essa reversão do projeto ecológico.

Outra questão que quero colocar é lembrar que a degradação que temos em volta da represa foi ocasionada sobretudo pela punição tributária que ocorre com aquele que preserva, e não só a absolvição, mas até o estímulo daquele que degrada. Precisamos fazer em todos os municípios, e alguns municípios já estão fazendo isso no sentido de reverter essa posição.

Devemos olhar a Billings e a região de mananciais não como uma maldição, mas como grande possibilidade econômica de desenvolvimento turístico.

Gostaria de lembrar que turismo não só é indústria limpa, que não polui, como é a melhor indústria do mundo. Você produz as coisas e não entrega. O Pão de Açúcar até hoje está sendo vendido pelo Rio de Janeiro e ele está lá, não foi entregue a nenhum turista. É isso aí.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Ouviremos agora a manifestação do Sr. Ademir Silvestre, coordenador de assuntos comunitários.

O SR. ADEMIR SILVESTRE – Bom-dia a todos.

Quero cumprimentar, mesmo na ausência, o Presidente Sidney Beraldo, parabenizá-lo pela iniciativa e por nos dar esta oportunidade.

Quero cumprimentar os nossos Deputados Waldir Agnello, José Dílson, Giba Marson, Mario Reali, Orlando Morando, representante da nossa cidade, cumprimentar o Laurentino, nosso Presidente da Câmara, e quero dizer que, para que possamos promover o desenvolvimento sustentado, é necessário que efetivamente se faça, como diz na gíria, “a roda girar”.

Quero plagiar o Deputado Waldir Agnello, o direito de sonhar e a obrigação do dever de realizar. Só que, no meio disso, tem uma coisa muito importante, que é a questão do planejamento. Esta é uma coisa que acho fundamental: como vamos fazer uma sociedade melhor, como faremos com que os projetos possam ser auto-sustentados. Penso que há algumas coisas importantes. Nós necessitamos, na base, de educação, precisamos, na base, da saúde e precisamos, na base, de criar a possibilidade da renda, do salário. Sem essas três coisas, essas três bases fundamentais para o ser humano, não vamos conseguir jamais ter nenhum desenvolvimento sustentado, porque não teremos cidadania. E vejo, com muita satisfação, os índices apresentados aqui, por exemplo, no quesito educação. Tenho absoluta convicção de que os Governos Maurício e Dib, com as ações de educação que foram feitas aqui em São Bernardo, nesses últimos sete anos, através do nosso secretário de Educação que está aqui presente, através desse planejamento, deu ao Grande ABC esse índice fantástico. Porque, se Deus quiser, no ano de 2004, não teremos nenhuma criança em idade escolar de ensino fundamental fora da escola, todos eles municipalizados, com uma qualidade de ensino absolutamente fantástica. E isso significa planejar. Esse planejamento foi feito aqui e tenho certeza que São Bernardo do Campo está contribuindo de maneira grandiosa para que esses resultados do Grande ABC sejam desse jeito.

Outro quesito importante é a questão da saúde. O Município de São Bernardo do Campo, ao longo desses sete anos, também teve a oportunidade de produzir algumas coisas muito significativas, por exemplo, a condição de basicamente triplicar a capacidade de atendimento do Hospital Anchieta, através de uma parceria com a fundação universitária do ABC, criação que, além de triplicar a capacidade de atendimento, transformou aquilo no melhor centro de diagnóstico da região do Grande ABC, sem dúvida alguma.

Tivemos a oportunidade de criar os dois hospitais: o Hospital Universitário Municipal, em parceria com a Fundação universitária do ABC, e o Hospital Dia da Mulher, que passa por lá em torno de 30 atendimentos diários.

O Hospital Universitário de Ramos acabou virando um hospital de referência da região, naquilo que diz respeito a neonatal. É muito importante essa referência para o Estado de São Paulo e é muito importante para nós, do Grande ABC. Entendemos que nós, de São Bernardo do Campo, estamos fazendo a nossa parte para que isso ocorra da melhor maneira possível.

Claro que temos dificuldades. Temos as regiões periféricas de Santo André, as regiões periféricas de Diadema, que, para poder ter o atendimento de saúde, ainda socorre em São Bernardo do Campo, sobrecarregando-o de maneira muito complicada. Espero que, num curto espaço de tempo, através do consórcio e através das diversas ações conjuntas, consigamos efetivamente resolver o problema.

No quesito Criação de Renda, São Bernardo do Campo tem passado por uma transformação bastante grande do industrial até a área de serviço. Não vejo as coisas com o pessimismo que alguns vêem. A região do Grande ABC ainda é uma região, como disse aqui o professor, onde se produz alta tecnologia e se busca um grau de conhecimento na indústria que em lugar nenhum deste País ainda tem.

Para encerrar, quero dizer que, a nossa criação de renda aqui, junto com o Governo do Estado, junto com o Banco do Povo, junto com Secretaria de Desenvolvimento do Trabalho e Emprego, temos conseguido requalificar muita gente, e com um resultado até mais positivos do que aquele da iniciativa privada. A gente sabe que, de cada 10 empresas abertas, às vezes sem planejamento, alguma coisa em torno de sete acabam fechando em aproximadamente dois anos. Tenho certeza de que esse pessoal reciclado, que nós temos recolocado no mercado de trabalho, seja através de iniciativa própria, cooperativa, ou treinamento, representa hoje um resultado superior a 80% daqueles que foram treinados; hoje tem renda e, às vezes, até nos escondem isso, porque não querem vir para o mercado formal, porque ficam com medo de pagar imposto, mas a grande verdade é que passaram a sobreviver de uma maneira alternativa que o poder público municipal lhes apontou.

Então, eu acho que na questão da Educação, São Bernardo tem contribuído para que a gente possa alcançar o melhor resultado possível. Na questão da Saúde, que nos dá a possibilidade da longevidade, eu penso que nós também estamos produzindo resultados importantes, porque estamos promovendo a educação, que ensina as pessoas a se cuidarem

de maneira melhor. Eu penso que nós estamos produzindo uma melhor qualidade na saúde, que também vai garantir às pessoas uma melhor qualidade de vida.

Parabéns, Presidente, e obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Muito obrigado.

Vamos ouvir agora o Deputado Estadual Vanderlei Siraque.

O SR. VANDERLEI SIRIQUE – PT – Bom-dia a todos.

Cumprimento a todas as autoridades já nominadas pelo nosso Presidente Sidney Beraldo. A região do Grande ABC avançou bastante nos últimos anos, mas nós precisamos avançar mais. Há três semanas, a Comissão de Segurança Pública fez uma reunião extraordinária na região do Grande ABC; é importante esse passo, Sr. Presidente, no sentido de que a Assembléia Legislativa desenvolva suas atividades de forma descentralizada, como já está ocorrendo. Mas, normalmente, a gente ainda observa que, quando tem reuniões de deputados, só estão presentes deputados; quando é reunião de prefeito, normalmente só estão presentes os prefeitos; reuniões de empresários, só com os empresários; reuniões de vereadores, só com os vereadores; reuniões de sindicatos, só com os sindicatos. Então, eu acho que nós precisamos colocar na mesma mesa, de forma efetiva e não só formalmente, os prefeitos da região, deputados estaduais, deputados federais, os 135 vereadores da região, os empresários e os sindicatos; porque, se cada um puxar a corda para o seu lado, vai ser difícil nós efetivarmos as nossas propostas.

Vejo que, apesar de estarem presentes representações, está faltando. Foi muito difícil para nós colocarmos um deputado representante nosso, por exemplo, no Consórcio do Município... Foi uma luta incessante; eu mesmo, desde quando fui Presidente da Câmara de Santo André, lutava para que tivesse representação dos vereadores, dos deputados estaduais e dos deputados federais no Consórcio, não para garantir direitos dos deputados, ou dos vereadores, mas para responsabilizar os deputados e vereadores com os compromissos, com as propostas e com os acordos que foram assinados entre o Governo do Estado, Governo Federal e os governos municipais da região do Grande ABC. E nesse sentido, todos os anos, nós apresentamos emendas ao Orçamento do Estado, à Lei de Diretrizes

Orçamentárias, e quando da discussão do Plano Plurianual, na Assembléia Legislativa. Às vezes, a relatoria fala que essas emendas são emendas pontuais; mas no caso do ABC não são emendas pontuais, porque foram amplamente discutidas com a sociedade. E nós avançamos e avançamos muito, por exemplo, teve redução do ICMS, de 17 para 12% no setor moveleiro; expandimos o pólo químico e petroquímico, através de propostas da Bancada do Grande ABC, que foram aprovadas na Assembléia Legislativa do Estado, inclusive com o compromisso de não aumentar os índices de poluição do ar; tivemos o hospital Serraria, em Diadema, que é um hospital regional; o hospital regional de Santo André; e continuamos lutando pelo Trecho Sul do Rodoanel; pelo metrô de superfície; e por aí vai, a defesa das cadeias produtivas da região do Grande ABC.

Agora, algo importantíssimo que foi dito é que na área da habitação nós avançamos muito pouco. Nós temos um déficit habitacional, só na Cidade de Santo André, da ordem de 43 mil residências; e como já foi dito, isso só será resolvido através de subsídios do poder público, porque são pessoas de baixa renda. Na região do Grande ABC, nós temos um déficit habitacional de baixa renda, de mais de 150 mil habitações.

Com relação às universidades, temos três no Estado e nós queremos que a quarta universidade do Estado seja na região do Grande ABC; e aí existem diversas propostas, como a federalização da Fundação Santo André, que eu particularmente acho que não resolve o problema, porque nós temos a Fundação Santo André, Fundação do ABC, temos o IMES em São Caetano do Sul, temos a Faculdade de Direito de São Bernardo, e todas de altíssima qualidade; então não adianta a gente pegar o que está bom e modificar. Eu acho que nos deveríamos criar na região do Grande ABC uma espécie de Unicamp, que seria uma universidade pública e gratuita, voltada para as características da região, com currículo próprio aqui para a região, com pesquisa, com extensão, com um Centro Tecnológico altamente desenvolvido; porque não é possível que uma cidade como São Carlos, que tem 140 mil habitantes, tenha duas universidades: a Federal de São Carlos e a USP, com o Centro Tecnológico, financiado basicamente pelo SEBRAE. Então, se formos comparar, veremos que foram do SEBRAE para a cidade de São Carlos mais de 10 milhões de dólares, e 50 mil reais que foram para o Banco do Povo de Santo André e para a região do Grande ABC, alguns outros financiamentos pontuais.

Aqui, nós produzimos e pagamos tributos tanto para o Estado como para o Governo Federal; então, é necessário que haja retorno. E nós queremos uma espécie de FATEC aqui na região, inclusive para incentivo das nossas cadeias produtivas.

E, evidentemente, já foi colocado o Desenvolvimento do Turismo Regional, que é de fundamental importância, porque naquele turismo de um dia ou dois, às vezes, as pessoas para irem ao litoral norte demoram três, quatro horas e depois, mais três, quatro, ou cinco horas para retornar, em decorrência do trânsito; então, essas pessoas poderiam estar utilizando a represa Billings, a região de Paranapiacaba e outros modos de turismo, inclusive históricos aqui na região do Grande ABC, isto é, lutando pela unidade da região.

Por fim, eu queria colocar algumas propostas, que são: a defesa intransigente da universidade pública e gratuita do Grande ABC, uma espécie de Unicamp da região; que a área da segurança pública tenha apenas um coordenador para o ABC; a questão da longevidade, tem parte na poluição, mas de outra parte é o grande risco de mortalidade dos nossos jovens; e a Câmara da Compensação na área da saúde, que é fundamental para acabar com a briga entre um município e outro. Quem investe mais na área da saúde acaba tendo mais prejuízo do que aquele que não investe. É necessário que tenha a Câmara de Compensação na área da saúde do Grande ABC. E, evidentemente, essas propostas vão ser realizadas pela Câmara de Desenvolvimento do ABC; pelo Consórcio; e pela Agência de Desenvolvimento.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Agradecemos ao Deputado Vanderlei Siraque.

Agora, convidamos, para a sua manifestação, o Deputado Estadual Mário Reali.

O SR. MÁRIO REALI – PT – Bom-dia a todas as lideranças aqui presentes. Eu queria cumprimentar o nosso Presidente, Deputado Sidney Beraldo; o Giba Marson, Deputado Estadual que representa a Bancada do ABC no Consórcio e na Câmara Regional; o Deputado Vanderlei Siraque; o Deputado Waldir Agnello; todos companheiros na Assembléia; Vereador Laurentino; Toninho, da Lanchonete; José Ferreira e os demais.

Em primeiro, gostaria de destacar e parabenizar essa iniciativa da Assembléia, do nosso Presidente, de trazer a Assembléia mais próxima de cada região do Estado, para um intenso processo de discussão, com a utilização do índice do IPRS como referência para comparar as regiões do nosso Estado na tentativa de entender a perspectiva de desenvolvimento do Estado, colocando a identidade de cada região. A gente não pode simplificar o índice, o IPRS, como uma avaliação que encerra essa discussão; cada ponto, desde a questão da riqueza, como o ponto da educação, a gente tem que aprofundar e burilar melhor, porque eu acho que tem algumas questões importantes que precisavam ser discutidas, em relação a essa metodologia. Mas eu acho que o caráter do índice é fundamental, no sentido comparativo nas regiões.

Gostaria de saudar muito essa iniciativa, porque todas as lideranças que estão aqui sabem muito bem que a região do ABC é uma referência no sentido de organização das suas demandas, das suas políticas; e os parlamentares, quando pleiteiam através de uma emenda ao Orçamento, uma emenda à LDO, ou ao PPA, estão colocando um acúmulo de discussão que essa região já tem, no sentido de envolver todas as prefeituras, vereadores, deputados, diversos segmentos da sociedade, como empresários, sindicatos.

Eu acho que essa referência do ABC é uma referência para o Estado, como uma maneira de organizar a discussão do Desenvolvimento e como potencializar essa discussão. Eu inclusive tenho um projeto, de iniciativa do gabinete, no sentido de estruturar no Estado um Plano de Desenvolvimento Regional, através do exemplo da Câmara Regional do ABC, que envolve todos esses segmentos. Agora, como o Siraque acabou de colocar, é obvio que nós temos tensões, temos divergências dentro desse Fórum, mas o importante é a construção de consensos; e os eixos estruturantes, o planejamento estratégico da região, dão uma linha do que é importante para o desenvolvimento da nossa região, com ações em conjunto, dos governos municipais e governo estadual. E aí, eu gostaria, inclusive como relator da Comissão de Economia e Planejamento do PPA, de colocar a importância dessa discussão e o acúmulo que nós vamos ter dos problemas de cada região, que foram levantados para servir de baliza e referência na nossa discussão da relatoria final, para aprovação das emendas que são demandas das regiões. Eu acho que nós temos hoje no Estado uma organização que ainda é um pouco herança do governo militar, do governo estadual, aquela que é “de cima para baixo”; e o exemplo do ABC é justamente a discussão,

que vem “de baixo para cima” e tem essa interlocução. Então, nós precisamos criar essa interlocução e o Fórum de Desenvolvimento vem nessa direção importante, de criar essa relação e essa interlocução com as regiões.

É obvio que não é só através do Orçamento do Estado, ou do orçamento das prefeituras, que nós vamos conseguir gerar o desenvolvimento que todos querem. Nós vamos precisar articular os investimentos privados e os investimentos públicos; e esse Fórum é importantíssimo para essa discussão. Eu acho que o ABC, desde a criação do Consórcio, demonstrou que essa articulação é importante para mobilizar o setor produtivo da nossa região; nós sabemos que a nossa região do ABC, apesar de ser muito rica, de ser o pólo industrial mais moderno do ponto de vista tecnológico, que é a indústria automobilística, nós sabemos que o poder de decisão dessas indústrias muitas vezes está fora da nossa região. Então, a criação dessa instância de articulação regional foi fundamental para nós termos uma interlocução da região, para esses investimentos. Nós temos vários exemplos que foram colocados aqui; agora tem um exemplo mais próximo, que é o pólo de cosméticos de Diadema, mas eu sei que há em todas as áreas, como o setor moveleiro em São Bernardo, em Santo André e Mauá, a ampliação do pólo petroquímico e a cadeia produtiva do plástico; quer dizer, todos os segmentos produtivos e cadeias produtivas, de uma certa maneira, tiveram uma reação, do ponto de vista da sua articulação, em função da criação desse espaço da Câmara Regional. O pólo de cosméticos em Diadema, eu acho que é um exemplo disso, porque são várias indústrias pequenas e médias, microempresas, que estão se articulando, seja para ter uma escala na compra de matéria prima, de insumos e de demanda dos investimentos públicos e da sua interlocução, principalmente nessa discussão que nós estamos tendo agora, da reforma tributária, guerra fiscal.

Acho que a grande discussão que está por trás disso é que nós não podemos colocar as regiões no rol de competitividade, colocando o mercado como interlocutor nessa competição. Eu acho que o Estado tem um papel fundamental e a Assembléia, abrindo a discussão através do Fórum de Desenvolvimento, coloca a interlocução do Estado como mediador nesse conflito. Nós não queremos que uma determinada região ofereça benefícios fiscais que pareçam promover o desenvolvimento mas que, muitas vezes, acabam gerando novas demandas, que o Município e o Estado não têm condições de dar resposta, porque

abriram mão de receita. Quando você tem o desenvolvimento, você tem que ter mais receita, exatamente porque as demandas sociais acabam aumentando. Onde tem riqueza tem pobreza, graças ao modelo de fazer crescer o bolo para depois dividir, que nós tivemos no país, ao longo desses anos todos; agora, a saída é outra, nós queremos fazer o bolo crescer, mas também queremos dividir o momento do crescimento. Então, eu acho que a política do Governo Federal está caminhando nessa linha, de distribuição de renda, junto com a queda de juros, junto com a perspectiva de crescimento econômico, que é o nosso desafio.

Aqui na região existem várias questões que são fundamentais para a nossa região, como as que foram colocadas pelo Orlando Morando; Vanderlei Siraque; Giba Marson; eu acho que a questão da universidade do ABC é fundamental; a recuperação das áreas de mananciais, como o Ubirajara colocou, potencializando o turismo; mas para conter a expansão sobre a área de mananciais é fundamental que exista uma política de habitação forte, porque nós vemos que a região metropolitana de São Paulo tem uma taxa de crescimento muito pequena, em torno de 1,5%, mas nos municípios da borda e de periferia; principalmente sob as áreas de mananciais nós estamos vendo a mancha urbana crescendo e gerando uma série de conflitos na ocupação irregular e degradação dessa área de mananciais. Então, nós queremos ter a recuperação das áreas de mananciais, mas como uma destinação para o turismo e outras atividades.

Também destaco a questão das redes coletoras de esgoto. Nós precisamos ter linha de financiamento para isso; precisamos que o recurso do Estado também venha para essa linha, para a gente despoluir o rio Tamanduateí, que é um dos contribuintes para a poluição do Tietê.

Para concluir, eu queria me colocar à disposição; e é fundamental que as demandas que foram levantadas aqui no Fórum de Desenvolvimento sejam contribuições importantes para a nossa avaliação do PPA, que é um instrumento de planejamento importantíssimo do Estado, e também para o Orçamento do Estado, porque o que interessa é a gente ter investimento qualificado e principalmente com essa interlocução com toda a região e com todas as lideranças.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Muito obrigado, Deputado Mário Reali, pela sua manifestação.

Dado o horário, nem todos que estão inscritos, poderão usar da palavra, mas poderão, preenchendo aquele questionário, encaminhar a sua reivindicação, ou a sua sugestão, que serão encaminhadas à Assembléia Legislativa de São Paulo e serão processadas pelas Comissões Permanentes da Assembléia. Ouviremos agora a manifestação do vereador Laurentino Hilário da Silva, Presidente da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo.

O SR. LAURENTINO HILÁRIO DA SILVA – Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, é com muita satisfação que participamos deste evento, um evento que tem a finalidade de ouvir os anseios da comunidade, dos políticos e da sociedade organizada. Senhores deputados Vanderlei Siraque; Giba Marson; Orlando Morando; Agnelo; e Mário Reali; senhoras e senhores; eu sou representante da Câmara Municipal no Conselho da Fundação ABC e faço parte, também, do Conselho do Hospital Estadual Mário Covas, de Santo André, administrado por uma organização social. Aproveitando inclusive a presença dos deputados aqui da região, eu gostaria que os senhores levassem uma preocupação em relação ao hospital, porque, quando do início de seu funcionamento, havia um plano a ser seguido para a sua ocupação plena. E dada a demanda e todas as dificuldades de saúde na região, eu gostaria de solicitar a contribuição dos senhores, no sentido de antecipar a ocupação plena do hospital, capacitando o hospital de verbas suficientes, para que ele possa operar na sua totalidade, que é um anseio que a comunidade do ABC tem. O orçamento que o hospital tem, da forma como está hoje, fará com ele fique com a mesma capacidade no próximo ano; é muito importante que esses recursos sejam aumentados, para que a partir do próximo ano o hospital possa atender na totalidade da sua capacidade de atendimento.

A outra coisa que eu queria colocar, e até discordar um pouquinho do que foi dito, é com relação a essa tese de déficit habitacional. O déficit habitacional existe, mas ele precisa ser tratado de forma diferente, tanto na Caixa Econômica Federal como no CDHU. Por exemplo, um empresário que tem uma área em São Bernardo do Campo apresenta um projeto na Caixa Econômica e diz que vai viabilizar o projeto. Só que 50% do que vai ser vendido não é para pessoas de São Bernardo, às vezes conjuntos habitacionais enormes em que a prefeitura tem que fazer infra-estrutura para toda aquela gente nova, ou seja, mil, dois

mil apartamentos que são feitos sem nenhum planejamento. Eu pergunto: estamos resolvendo o déficit habitacional de São Bernardo ou Santo André? Não estamos.

Então, eu gostaria de dirigir a palavra ao CDHU, primeiro porque eu acho que o CDHU deveria ter uma política descentralizada, ouvindo as prefeituras, no sentido de que os seus investimentos pudessem ser aplicados inclusive pelas próprias prefeituras, com repasse de verbas às prefeituras no sentido que elas pudessem escolher o melhor projeto, seja de um projeto de construção, seja de mutirão, ou de embrião, precisa descentralizar.

Uma outra coisa, seria com relação a uma melhor análise dos projetos, porque se um projeto de construção não tiver também um objetivo de desfavelamento, ou objetivo de fazer a recuperação ambiental da represa Billings, não dará certo. Temos, ao longo da Estrada Alvarenga, 500 famílias morando dentro da área da EMAI. É preciso que o CDHU venha discutir conosco um projeto para tirar aquelas pessoas que estão à margem da Represa Billings, porque senão não vamos ter turismo, não vamos ter água para beber.

Então, é preciso que esses investimentos venham para São Bernardo do Campo, mas que sejam direcionados. Um exemplo é o assentamento do Batistini, onde há duas mil famílias esperando uma política habitacional, e está numa área de manancial; então, seria importante que o CDHU tivesse uma política voltada para esse tipo de coisa, tirando aquelas famílias daquele local, acabando com o favelamento e dando melhores condições de vida àquelas duas mil pessoas.

Eu estou falando das margens da Represa Billings, porque o desenvolvimento de São Bernardo do Campo passa necessariamente pelo Turismo. E o turismo só vai se desenvolver se nós tivermos qualificação, capacitação e disciplina, porque se abrissemos o parque da Serra do Mar, sem disciplinamento, sem profissionalismo, ou sem todo um processo de educação, nós poderíamos ter vandalismo ao invés de turismo.

Aproveitando ainda a presença dos deputados, é necessário que se discuta o mais rápido possível a lei específica da Billings; essa lei precisa ser discutida e aprovada, para que o desenvolvimento possa realmente vir e assegurar que a represa Billings seja recuperada. O objetivo da lei específica é a educação ambiental e a recuperação da Represa Billings.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Muito obrigado.

Registramos as presenças do Sr. Pedro Augusto Marcelo, neste ato representando o Dr. Fábio Meirelles, Presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo; Sra Regina Gonçalves, Presidente do Partido Verde de Diadema e ex-vice-Prefeita de Diadema; Sr. Marcos Aurélio de Souza Barbosa, representando a Deputada Estadual, Ana do Carmo; Sr. Luiz Aduino da Silva, Presidente da Associação Comunitária do DER; Vereador José Ferreira, da Câmara de São Bernardo do Campo; Vereador Antônio Carlos da Silva, da Câmara de São Bernardo do Campo; Sra. Carolina do Rossio Clontas, Diretora da Fundação da Criança, de São Bernardo do Campo; Sr. César Garbos, Diretor Titular do CIESP, de São Bernardo do Campo; Sra. Nair Moura, Presidente da APAE de Ribeirão Pires e Procuradora Geral da Federação das APAES do Estado de São Paulo; Sr. Lauro Gilmar Teixeira, representando a Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais; engenheiro Paulo Roberto Massoca, Diretor de Urbanização da Prefeitura de São Bernardo do Campo; Sr. Evanir Brás dos Reis, Presidente da Associação de Moradores do Jardim Nossa Senhora de Fátima, Bairro Demarchi; Sra. Neuza Escaléia, representando a Sra. Sônia Maria Franco Xavier, Presidente da Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul; Sr. Carlos Eduardo Venâncio, representando a Instituição Assistencial Amélia Rodrigues, em Santo André, e Sra. Vera Mota, Presidente do Partido Verde de São Bernardo do Campo e membro da Executiva Nacional do PV.

Ouviremos agora a manifestação do Vereador Lourival Lolô Pagianni, da Câmara Municipal de Mauá.

O SR. LOURIVAL LOLÔ PAGIANNI – Bom-dia a todos.

Quero cumprimentar o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Sidney Beraldo; Deputados Vanderlei Siraque, Giba Marson, Orlando Morando, Mário Reali; os nobres pares, vereadores aqui presentes; os representantes da sociedade civil; e a todos os presentes.

Queria comentar uma passagem muito emocionante para mim, que aconteceu quando eu estive num Congresso de Vereadores, em Brasília. O Ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, era responsável pelo trabalho social que existia na Av. Paulista, distribuição de

tíquetes de leite, e que havia parceria com as entidades dos municípios. Eu fiz muita amizade com o Sebastião de Andrade, que era o funcionário que representava o ministério. Quando fui ao ministério falei que era vereador de Mauá e queria falar com o Ministro Aníbal Teixeira. Eles me perguntaram se eu tinha audiência marcada e eu respondi que não, mas era amigo do Sebastião de Andrade, que infelizmente veio a falecer, juntamente com a esposa do Ministro Aníbal Teixeira, no acidente do “Bateau Mouche”. Eles deram risada, me mandaram entrar e nós batemos um bom papo e tomamos um café. Essas coisas, a gente nunca mais esquece; essa é uma lembrança agradável que eu tenho na minha trajetória política. Eu fiquei bastante feliz em revê-lo aqui e ver que o senhor está com muita saúde.

Quero parabenizar o Deputado Sidney Beraldo, pela iniciativa de trazer esse debate para a nossa região do Grande ABC. Quero dizer que nós ficamos bastante contentes com o desenvolvimento das discussões dos problemas existentes na região do Grande ABC, até porque, como falou o Aníbal Teixeira, a nossa região está adiantada nesse processo, por causa do Fórum; do Consórcio; da Câmara Regional, onde as propostas já foram colocadas. Parabenizo os deputados da nossa região, pelo empenho de todos, no sentido de que os acordos que foram feitos com o Governo, através da Câmara, sejam efetuados. Então, eu gostaria de dizer que estou bastante contente com o empenho, tanto do Poder Legislativo, como da sociedade civil como um todo, pelo avanço das propostas.

Gostaria de colocar uma preocupação, que é com relação ao desenvolvimento do pólo petroquímico: é preciso que seja acompanhado por causa da questão da poluição. Eu quero dizer também que a nossa região é privilegiada em alguns aspectos, como no de recursos humanos, como na posição estratégica, mas está faltando uma integração. A gente lamenta, por exemplo, a ausência dos prefeitos, porque eles deveriam estar debatendo aqui, para buscar juntos uma parceria com as câmaras municipais e com a Assembléia Legislativa que contemplasse as nossas reivindicações. Porque muitas empresas hoje estão saindo da nossa região? Por causa da questão tributária. Hoje, para as empresas sobreviverem elas diminuem salário. E aí a distribuição de renda piora e o poder de compra diminui, prejudicando o desenvolvimento, que fica aquém da necessidade, gerando a miséria, a pobreza. Então, eu defendo a revisão da carga tributária municipal, da carga tributária estadual e federal, porque hoje o Brasil está discutindo a ALCA, a globalização. Nós temos de ter estrutura, condições e incentivos, para que a gente possa competir com o primeiro

mundo. A região é estratégica, é uma região nobre, ela tem tudo para se recuperar, mas precisamos agilizar o Rodoanel; o Ferroanel; a Jacu-Pêssego; temos de agilizar a integração com todos os municípios, temos de salvar a Billings, enfim, temos de rever as nossas posições, rever essa situação e debater com ação. Por isso esse Fórum é de grande importância para avançarmos com responsabilidade. Repito: quem deveria estar aqui eram os prefeitos para buscar implantar uma política de desenvolvimento sustentável. Não existe emprego, mas existe a possibilidade de se ter um emprego. Basta ter boa vontade. Não se pode pensar no recurso, no dinheiro. Tem de se fazer parceira, tem de se modernizar, tem de se estruturar. Por isso é importante participarmos dos fóruns de debates. Quem sabe dos nossos problemas somos nós mesmos. O Gilberto Marson, representando a bancada do ABC, trouxe propostas que foram debatidas com a sociedade civil, através do consórcio, através das câmaras regionais mostrando o que representa a nossa região. Todo mundo sabe, todo mundo conhece, o nosso potencial. Agora nós temos é que trabalhar e agilizar. O Grande ABC já deu muito. Hoje, como disse o Dib, sofre com a evasão das indústrias. Ficaram as pessoas, ficou o problema social. Tem muita gente desempregada ou que não tem convênio médico. E isso sobra para o Estado, mas eu acredito que tem jeito. A região do Grande ABC pode ser um exemplo não só para o Brasil, mas um exemplo para o mundo.

Um abraço a todos e obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Em razão do horário, seremos forçados a não mais ceder a palavra, mas solicitamos a todos que façam suas manifestações por escrito e encaminhem à Mesa, para que a Assembléia Legislativa possa processá-las através das comissões permanentes da Casa.

Ouviremos agora, para as suas considerações finais, o Deputado Sidney Beraldo, Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE – SIDNEY BERALDO – PSDB – Eu quero mais uma vez agradecer a participação de todos, agradecer a participação dos deputados que representam a região; quero dizer que tudo o que foi dito aqui foi devidamente gravado e será objeto de análise da equipe que nos acompanha e nos assessora na Casa, bem como da equipe do

NESUR, que vai produzir um relatório que será uma espécie de agenda para fazermos as ações necessárias em cima de tudo que foi colocado aqui.

Queria fazer uma breve prestação de conta das ações da Assembléia Legislativa.

Em primeiro, nós já colocamos como uma das nossas prioridades a questão do apoio à micro e à pequena empresa. Nós temos registros de que o grande empregador é a micro e a pequena empresa, de onde vêm mais de 60% dos empregos, então precisamos criar um ambiente favorável para essa área. Temos uma oportunidade agora com o Super Simples que está tramitando no Senado. E nós não podemos perder essa oportunidade. Por isso a Assembléia, em parceria com o SEADE, tem discutido isso; nós criamos uma comissão específica dentro da Assembléia para cuidar desse assunto, que vai acompanhar essa questão em Brasília, porque a redução da burocracia, o acesso ao crédito, o acesso à tecnologia, a facilitação para que a gente realmente tenha um índice menor de mortalidade, da pequena e média empresa, sem dúvida vai ajudar no desenvolvimento e vai ajudar na geração de emprego e renda.

Com relação à questão da infra-estrutura, dois seminários já estão programados pela Comissão de Transportes, Serviços e Obras da Assembléia Legislativa em parceria com a FIESP, com o Governo do Estado e com o Governo Federal. Nós já detectamos diversos gargalos na retomada da nossa economia – que esperamos venha a ocorrer a partir do ano que vem. Esses gargalos vão aparecer na questão da logística de transportes. Nós precisamos estimular a utilização das ferrovias e também das hidrovias, mas falta uma interação logística de construção de intermodais entre esses diversos modais de transportes: ferrovia, hidrovia, rodovia e aeroportos.

Foi colocada aqui, por diversos deputados, a questão do Ferroanel Sul que ficou fora do PPA do Governo Federal, mas estamos trabalhando para reverter isso, porque essa integração do ferroanel com o rodoanel é extremamente importante como acesso ao Porto de Santos, onde temos o escoamento de mais de 30% da exportação do país. Por isso, esses dois seminários serão muito importantes para que a gente tire uma posição única dos Governos do Estado e Federal, da Assembléia Legislativa, com relação às prioridades nessa questão dos intermodais de transporte.

Na questão de crédito, a Assembléia criou a Agência de Fomento Estadual, quando fizemos aquela alteração do projeto da Nossa Caixa-Nosso Banco, e o Fundo de Aval. Essa

combinação é importante para que a gente tenha a possibilidade de financiamento de médio e longo prazo com juros mais adequados. Essa Agência de Fomento vai administrar os fundos estaduais numa agência só, com a possibilidade de equalizar os juros com subsídios do Estado, porque a micro, a pequena e a média empresa hoje não têm acesso ao crédito. Sabemos que para termos desenvolvimento é fundamental aumentarmos e expandirmos o acesso ao crédito. Então, essas duas medidas a Assembléia já tomou, aprovando essas leis e agora nós precisamos fazer a regulamentação.

Outra questão que está merecendo a nossa atenção e tem a ver com desenvolvimento econômico é a burocracia. Nós temos um excesso de burocracia tanto em nível municipal, estadual, como federal. Isso aumenta os custos das empresas e diminui a nossa competitividade. Ainda hoje saiu num jornal, que eu até recortei para depois ler com mais atenção, um estudo feito com diversos países onde infelizmente o Brasil é um dos campeões em burocracia. Algumas ações já estão feitas. A Assembléia em parceria com a USP e também com o financiamento da FAPESP estará promovendo um amplo trabalho no sentido de fazermos a consolidação das leis. Nós temos 10 leis, por exemplo, cuidado da questão de saneamento, cuidando da questão de meio ambiente. Nós queremos seguir as leis, mas não é possível assistirmos o DPRM demorar seis meses para fazer um laudo. O nosso objetivo é consolidar tudo e depois aprovar uma só lei. O agronegócio extensivo está indo bem, mas o pequeno negócio, na agricultura, precisa ter uma atenção porque não está indo muito bem. E como se fazer isso? Promovendo o acesso à tecnologia ao crédito e criando facilidades para que se agregue valor a esses produtos. Nós queremos promover também um amplo debate sobre a criação de facilidades para essas empresas.

Com relação à Educação, a nossa grande preocupação agora é exatamente a educação para o trabalho. Nós precisamos de ensinamentos técnicos e especializados de acordo com as cadeias produtivas de cada região dentro da necessidade do mercado, porque não adianta ficar produzindo diplomas técnicos e depois não ter acesso ao mercado; por isso tem de haver esse entrosamento entre a necessidade do mercado, a formação técnica e a reciclagem de mão-de-obra. Nós temos também uma grande preocupação com a expansão do ensino superior.

Sabemos que a qualidade que nós temos hoje na USP, na Unicamp, com esse modelo de pesquisa não é fácil. O Estado de São Paulo transfere hoje para as universidades 9,57%

do ICMS do Estado e temos pouco mais de 100 mil alunos nessas universidades. Temos 19 institutos de pesquisa, temos a FAPESP, ou seja, 12,5% do Orçamento do Estado vão exatamente para produzir conhecimento através dessas universidades e institutos de pesquisa. Mas nós precisamos expandir isso e com um custo menor, porque, se cada vez que nós quisermos aumentar uma vaga na universidade nós tivermos que transferir mais recursos, não vai ser possível. Então, o ensino a distância hoje é uma alternativa que está sendo utilizada no mundo inteiro; isso possibilitaria que aqui em São Bernardo tivessem salas de aula com cursos no mesmo nível do que é ministrado dentro de uma sala de aula na cidade universitária e com a mesma qualidade. Essa é a ferramenta nova que a tecnologia nos possibilita através da videoconferência. A USP já iniciou e nós queremos aprofundar essa discussão em duas áreas: o ensino a distância e também os cursos seqüenciais, que seriam cursos de curta duração, que possibilitariam um aumento extraordinário da oferta de vagas nas universidades. Aproveitando a presença de representantes da Bancada do Partido dos Trabalhadores, o Governo Federal também tem de ampliar o ensino universitário federal, porque há mais de 10 anos não se aumenta uma vaga nas faculdades federais no Estado de São Paulo. Existem universidades federais em diversos estados, mas em São Paulo a presença é muito pequena e não podemos esquecer que o Estado de São Paulo contribui com 50% dos impostos deste país e que desenvolvimento econômico caminha junto com conhecimento e educação, especialmente educação para o trabalho.

Para encerrar, eu gostaria de dizer que no próximo dia 13 estaremos fazendo uma reunião com os dois Conselhos, o formado pelos deputados presidentes das comissões temáticas e o da sociedade civil, formado por representantes do setor produtivo, academias, trabalhadores, para fazermos um balanço das reuniões que nós fizemos e apresentar uma agenda inicial, que naturalmente vai merecer debates e atenção, para que a gente possa produzir uma agenda final. Quero dizer que o Fórum não é pontual, ele é permanente e vai estar, ao longo da sua existência, discutindo essa questão do desenvolvimento.

Como já foi dito, saímos mais enriquecidos do que chegamos. Ouvimos contribuições importantes e foi exatamente com esse objetivo que criamos o Fórum, descentralizando as discussões e possibilitando a participação dos segmentos da sociedade para que a gente possa errar menos; porque dizem que quando a gente ouve mais, a gente erra menos.

Muito obrigado pela presença e pela participação de vocês. (Palmas.)

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS – CARLOS TAKAHASHI – Desta forma, encerramos a 14ª Reunião Regional do “Fórum Legislativo de Desenvolvimento Econômico Sustentado”, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em parceria com o NESUR, da Unicamp, e o CEPAM.

A todos, o nosso muito obrigado, especialmente aos Deputados Giba Marson, Vanderlei Siraque, Waldir Agnello, Orlando Morando e Mário Reali.

Tenham todos uma ótima segunda-feira!

Muito obrigado. (Palmas.)

* * *